



Anais da Assembléia

Nº 178

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 14 DE DEZEMBRO DE 1993

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

| | |
|----------------|----------------------------------|
| PMDB - Governo | Deputado RENATO GUTMARÃES ADUR |
| PFL | Deputado NELSON GARCIA |
| PDT | Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA |
| PTB | Deputado ERONDY SILVÉRIO |
| PSDB | Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI |
| PT | Deputado OVIDIO JOSÉ CONSTANTINO |
| PL | Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO |
| PP | Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA |

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kieise Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **Suplentes**: - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP** - 10: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli; **PFL** - 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN**: José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT** - 08: Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Rossoni - Valderi Mendes Vilela; **Suplentes**: Gulomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB** - 10: Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregoneze - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **Suplentes**: Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB** - 02: Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig; **Suplentes**: Tadeu Lúcio Machado - José Boiko; **PT** - 03: Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes**: Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL** - 01: José Colombino Grassano; **Suplentes**: Delvino Longhi, Mário Vargas J. da Rocha; **SEM PARTIDO** - 02: Hermas Eurides Brandão - Carlos Xavier Simões. **Deputados Licenciados**: Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e Cidadania; Algaci Ormário Túlio - Secretário Municipal Extraordinário de Assuntos Metropolitanos da Capital do Estado. (e) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 128.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 1993
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Senhores Deputados Elío Rusch e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Costenaro Neto, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elío Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colago, Valderi Mendes Vilela e Rossoni (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Telex:

Senhor Presidente.

Retificando TLX ATCC 2266/93 de 09.12.93, comunico Vossa Excelência que Exmo. Sr. Governador Roberto Requião viajará à Província de Misiones e Santa Fé - Argentina, nos dias 17 a 19 do corrente. Atenciosamente,
Dep. CAÍTO QUINTANA
Chefe da Casa Civil

Requerimentos:

Curitiba, terça, em 14.12.93

REQUERIMENTO Nº 4995

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2.^a discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 14.12.93.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 4972

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada do Projeto de Lei nº 530/91, item 20 (vinte), de autoria do Deputado Valdir Rossoni, da Ordem do Dia de hoje, por 3 (três) Sessões.

Sala das Sessões, em 14.12.93.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 4973

Senhor Presidente.

O Deputado que firma o presente requerimento, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada da Ordem do Dia por 8 (oito) sessões do Projeto de Resolução nº 023/93.

Sala das Sessões, em 14.12.93.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 4986

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, na qualidade de Relator do Projeto de Lei nº 581/93, REQUER seja retirado do Substitutivo Geral de sua autoria a emenda ao conteúdo programático que tem a seguinte redação:

"Código 4286.07401831.127

Acrescentar ao conteúdo programático o seguinte: "e gerir também os programas do FDU, conforme a Lei nº 8197, de 15.12.88 e o Decreto nº 5192, de 12.06.89".

Sala das Sessões, em 14.12.93.

(a) HEINZ HERWIG

REQUERIMENTO Nº 4968

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, com base no Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUEREM a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a Sessão Ordinária de amanhã, dia 14/12/93, e a transformação das mesmas em Comissão Geral para aprecia-

Curitiba, terça, em 14.12.93

ção de Projetos de Lei a serem anunciados na Sessão Ordinária desse mesmo dia.

Sala das Sessões, em 14.12.93.

(a) RENATO ADUR

Apoiamento: Nelson Garcia, Djalma de Almeida César, Arlindo Troian, Duílio Genari, Eurides Moura, Toti Colaço, Luiz Antonio Setti, Nereu Alves de Moura, Oswaldo Trevisan e Cleiton Kielse.

REQUERIMENTO N° 4981

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei n° 530/91 de sua autoria, item 20 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 14.12.93.

(a) ROSSONI

REQUERIMENTO N° 4987

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o desarquivamento do Projeto de Lei n° 530/91, de sua autoria.

Sala das Sessões, em 14.12.93.

(a) ROSSONI

REQUERIMENTO N° 4974

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento da Senhora Selma Staehr Schittenhelm, ocorrido no dia 13 de dezembro do corrente ano, na Cidade de Castro - PR.

Requer ainda, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada no seguinte endereço: Rua XV de Novembro, 207 - Castro - PR.

Sala das Sessões, em 14.12.93.

(a) DOMINGOS CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

No dia 13 de dezembro de 1993, faleceu a Senhora Selma Staehr Schittenhelm. Seu passamento veio abrir uma enorme lacuna no seio de sua família, bem como de todo o círculo de amizades que possuía.

E hoje, entristecidos, desejamos endereçar à família, votos de pesar, rogando a Deus que a todos possa confortar.

REQUERIMENTO N° 4976

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro em Ata dos trabalhos desta Ses-

Pág. 03

são, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Otávio David, aos 72 anos de vida, ocorrido nesta Capital.

Trata-se de uma pessoa muito querida pelos seus familiares e amigos, deixando muitas saudades. Recebeu ampla manifestação de sentimentos diante de seu passamento.

É uma grande perda para todos que o conheciam e conviveram com ele.

Sala das Sessões, em 14.12.93,

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 4979

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de pesar, pelo falecimento do Senhor Orlando Marcondes, ocorrido em Ponta Grossa, dia 12 próximo passado.

Pessoa de grande estima e consideração, que deixa com seu passamento muitos amigos e parentes enlutados.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência, em nome da família enlutada, à Rua José Veríssimo, 254 - Bairro São José, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 14.12.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 4975

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER envio de congratulações ao Prefeito do Município de Pitangueiras, ARQUIMEDES ZIROLDO, ao Presidente da Câmara de Vereadores, Senhor Daureo Sérgio Gonçalves, extensão a todos os Edis e à comunidade, pelo transcurso do 2° aniversário de criação e pelo 1° aniversário de efetivo exercício de soberania como município progressista e pujante de seus dirigentes e do povo trabalhador de Pitangueiras.

Sala das Sessões, em 14.12.93.

(a) EURIDES MOURA

JUSTIFICATIVA:

Pitangueiras comemora o seu 2° ano de criação nesta quarta-feira, 15 de dezembro, mas o exercício soberano de município, com autoridades constituídas, orçamento próprio, participação da comunidade nas decisões é o 1° ano.

Assim, é de importância vital que nos congratulemos com o Excelentíssimo Senhor Prefeito do município, Arquimedes Zirol do, o Presidente da Câmara, Senhor Daureo Sérgio Gonçalves e seus pares, e toda a comunidade pitangueirense pelo progresso visível, pelas conquistas constantes e pela melhoria de qualidade de vida adquirida dia a dia pela comunidade, em apenas 01

(um) ano de vida como município constituído.

O exemplo de austeridade, respeito ao cidadão e participação da comunidade em 01 (um) ano de existência é motivo de júbilo e traz a esperança que com estas atitudes os municípios brasileiros encontrarão soluções para os seus problemas.

REQUERIMENTO N° 4978

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de congratulação à SANEPAR que comemora seu 30° aniversário.

A SANEPAR vem ao longo de 30 anos, servindo o cidadão paranaense, sempre oferecendo água potável de boa qualidade.

Os funcionários da SANEPAR, são pessoas capacitadas, que têm como meta principal realizar um trabalho sério para que os paranaenses tenham em suas casas a garantia de poder usar água limpa e tratada.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao Diretor-Presidente, funcionários e demais pessoas ligadas à SANEPAR.

Sala das Sessões, em 14.12.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 4980

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações ao Ilustríssimo Líder Sindical Izaias Vicente da Silva, reeleito para a Presidência do Sindicato dos Estivadores de Paranaguá, no último dia 12 de dezembro do ano em curso.

Sala das Sessões, em 14.12.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Uma liderança não se compra, se conquista. O respeito dos companheiros é fator preponderante na luta sindical, e Paranaguá tem no Presidente do Sindicato dos Estivadores Izaias Vicente da Silva, um trabalhador cômico de suas responsabilidades, com os "pés no chão", um aguerrido defensor das causas de seus associados.

Por essa razão, solicitamos um voto de congratulação, para ser enviado a Rua Visconde de Nacar, 732 - CEP: 83203-430 - Paranaguá-PR.

REQUERIMENTO N° 4983

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUEREM envio de voto de congratulações aos Deputados Federais Werner Wanderer e Lu-

Curitiba, terça, em 14.12.93

ciano Pizzato, do Partido da Frente Liberal, por terem sido agraciados, na data de ontem, com a Medalha do Mérito Tamandaré, concedida pelo Ministério da Marinha pelos relevantes trabalhos realizados em áreas ligadas àquela pasta ministerial.

Requerem ainda, que da decisão desta Casa de Leis seja dado conhecimento aos ilustres Parlamentares através de correspondência encaminhada ao Congresso nacional.

Sala das Sessões, em 14.12.93.

(aa) NELSON GARCIA

BASÍLIO ZANUSSO

DUÍLIO GENARI

ÉLIO RUSCH

Bancada do PFL

REQUERIMENTO N° 4971

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expediente ao Departamento do Serviço do Transporte Coletivo - DSTC, órgão subordinado à Secretaria de Estado dos Transportes, para a possibilidade de estudos e autorizar uma linha de ônibus com saída de Piên, com paradas em: Trigolândia, Mandirituba e Terminal de Fazenda Rio Grande, até Curitiba, praticando o valor das passagens intermediárias que já vem sendo praticado por outras empresas.

Sala das Sessões, em 14.12.93.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Nosso pleito está firmado nos reclamos da comunidade de Trigolândia, que na maioria das vezes se deslocam para as localidades de Mandirituba e Fazenda Rio Grande, sem que os coletivos que cobrem o itinerário descrito obedeçam paradas nos terminais já descritos.

REQUERIMENTO N° 4977

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores da Rua Ylizerio de Lourdes, localizada no bairro do Atuba, no Município de Colombo-PR, quanto ao problema de água e esgoto neste local.

Afirmam os moradores que no bairro do Atuba não há rede de esgotos, conseqüentemente as valetas lá existentes não estão mais comportando a sujeira que corre a céu aberto, exalando um mau cheiro insuportável e deixando toda a população propensa à contração de doenças. Outro problema que ocorre diariamente é a falta de água. Só

vem água em suas residências até às 8:00 horas da manhã, faltando durante todo o dia.

Pede-se que a SANEPAR atenda o mais urgente possível o presente pedido, uma vez que com a chegada do verão a situação torna-se mais crítica, prejudicando sensivelmente todos os moradores que lá residem.

Sala das Sessões, em 14.12.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 4982

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Senhor Governador Roberto Requião e ao Secretário de Segurança Pública Dr. Moacir Favetti, para que seja analisada com determinada urgência, a criação, construção e instalação da Delegacia da Mulher e a Casa de Amparo à Mulher, nos municípios abaixo relacionados, dotadas de Delegadas de Polícia, Escrivas, Psicólogas, Assistentes Sociais e Advogados, com o primordial objetivo de amparar e preservar o direito constitucional da mulher brasileira do Estado do Paraná que estiver passando por alguma forma de violência:

| MUNICÍPIOS | MUNICÍPIOS | MUNICÍPIOS |
|-----------------------|--------------------|------------------|
| Curitiba - | Araucária | Leópolis |
| B. Boqueirão | Colombo | Japurá |
| Curitiba - | Cambé | Toledo |
| B. S. Cercado | Rolândia | Palmas |
| Londrina - | Porecatu | Tamboara |
| 5 Conjuntos | Florestópolis | Telêmaco |
| Ibiporã | Sertãoópolis | Borba |
| Jataizinho | Mandaguassu | Jussara |
| Assaí | Peabiru | Bandeirantes |
| Uraí | Terra Boa | Nova América da |
| Santa Cecília do | Pitanga | Colina |
| Pavão | Loanda | Arapongas |
| São Gerônimo da Serra | Paiçandu | Mandaguari |
| União da Vitória | Rancho Alegre | Nova Esperança |
| Pinhais | Campo Largo | Sarandi |
| Piraquara | Ribeirão do Pinhal | Campo Mourão |
| Bela Vista do Paraíso | Jandaia do Sul | Cornélio |
| São José dos Pinhais | Lobato | Procópio |
| Nova Fátima | Congoinhas | Alvorada do Sul |
| Santa Fé | Apucarana | Marialva |
| Cianorte | Alto Paraná | Santo Antônio do |
| Guaraci | Paranavaí | Paraíso |
| Astorga | Colorado | Engenheiro |
| Guairaçá | Jaguapitã | Beltrão |
| Terra Rica | Cascavel | Colorado |
| Iguaraçu | Borrazópolis | |
| | Centenário do Sul | |

Sala das Sessões, em 14.12.93.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

É dever do Governo zelar pela segurança das nossas famílias. As Delegacias da Mulher é uma conquista importante da mulher brasileira na luta contra a violência. Mas, vale lembrar que no Paraná são poucas e funcionam precariamente. É preciso mais delegacias, com melhores condições de trabalho e de fácil acesso à mulher que se sentir violentada nos seus direitos. A casa de Amparo à Mulher, abrigos, albergues, etc, é um programa que deve ser colocado em prática com urgência, para atender a mulher vítima de violência. Só assim poderemos ter esperanças numa sociedade melhor para nós e para nossos filhos, onde todas as pessoas sejam respeitadas em sua dignidade, principalmente a mulher brasileira do nosso Estado.

REQUERIMENTO N° 4930

Senhor Presidente.

Os Deputados que abaixo subscrevem, membros da Comissão Especial do Porto de Paranaguá, no uso de suas atribuições regimentais, vêm REQUERER junto à Vossa Excelência, após ouvido o soberano Plenário, o envio do Relatório conclusivo, bem como da cópia de todas as peças do processo a respeito das irregularidades na APPA - Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná e ao Ministério Público, para oferecimento de denúncia com base no Art. 319, do Código Penal.

Sala das Sessões, em 14.12.93

(aa) MÁRIO BEZERRA

PAULO MAIA

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

FLORISVALDO FIER

JUSTIFICATIVA:

Temos a honra de levar ao conhecimento da Mesa desta Assembléia Legislativa e aos Senhores Parlamentares, o relatório conclusivo relativo à apuração dos fatos que envolveram o rebaixamento do Canal da Galheta no Porto de Paranaguá, por parte da Capitania dos Portos do Estado do Paraná, através do Telefax n° 051.

Com esta medida de rebaixamento do Canal da Galheta, de 35 para 32 pés de calado, as notícias através dos jornais, rádios e televisões deram amplitude aos possíveis prejuízos que redundaria aos cofres públicos, uma vez que navios de médio e grande portes seriam desviados da rota - Porto de Paranaguá - para outros com capacidade de recebê-los adequadamente. Portanto, esta Comissão para verificação foi criada em decorrência das publicidades que se tornaram incontáveis e ganharam notoriedade, daí a preocupação desta Casa de Leis em verificar "in loco" todos os fatos

que concorreram para o desiderato.

Os serviços de dragagem no Canal da Galheta foram iniciados em decorrência de contrato administrativo firmado entre a Administração do Porto e a Cia. Docas do Rio de Janeiro, as quais trataremos por diante de APPA e CDRJ respectivamente. O Contrato assinado em 21 de agosto de 1991, foi precedido de instrução processual que cabe alguns comentários.

a) O ex-Diretor Técnico Garrone Reck, que à época respondia pela Diretoria fez análise em 17.06.91, sobre o aspecto técnico do contrato anterior (1985) e também sobre o aspecto financeiro, concluindo aquele Diretor que o valor proposto pela CDRJ é 54,6% superior ao praticado no último contrato, e diz mais adiante..." entendemos que há uma margem substancial para negociação entre as partes, condicionada à modalidade de contratação que venha a ser adotada por esta APPA." - Resultado, a APPA negociou 10% abaixo dos 54,6%;

Obs.: Estranhamos que todo o processo de negociação de preços e formalização do contrato foi feito por via Telex.

b) Pedido de dispensa de licitação nos exatos termos do artigo 22, IV, do D.L. 2300/86 por Emergência conforme propõe o Parecer Jurídico da APPA sob nº 153/91, de 18.06.91.

Posteriormente, em 08.07.91, retorna o processo à Procuradoria Jurídica para adequá-lo a outra modalidade de dispensa, desta vez por exclusividade. A demora administrativa para tratar de assunto de tão relevante interesse culminou com a propositura de mudança no enquadramento do D.L. 2300/86, fatos estes que foram ratificados nos pareceres da Secretaria dos Transportes e da Casa Civil, tendo o Exmo. Governador autorizado em 06.08.91 a contratação.

c) O volume encontrado para deixar o Canal devidamente dragado, com pelo menos 35 pés, foi de 1.500.000 m. e que o tempo para CDRJ executar a retirada do material que assoreava a entrada de navios seria de 90 dias úteis e operáveis. Aí cabe uma indagação: o que seria "dias operáveis"? Seriam somente aqueles que a Draga Macapá estivesse em Paranaguá, ou o prazo somente seria excluído quando houvesse algumas situações previstas no Art. 1058 do Código Civil, sendo que nesta última hipótese o prazo estaria expirado há muito tempo, se considerarmos prazo operável aquele que a Draga estivesse em Paranaguá? Quer nos parecer que não está correto, pois a CDRJ ao contratar os serviços com outro Porto, deslocaria o equipamento (foi o que ocorreu) e o prazo com o porto de Paranaguá estaria automaticamente parado sem culpa da APPA.

d) Reajustes de preços, base mês de

Curitiba, terça, em 14.12.93

julho/91. Após a assinatura do contrato originário (21.08.91), foram assinados mais dois Termos Aditivos, sendo o primeiro em 06.02.92, e o segundo em 10.08.92, que passamos a comentar:

a - Primeiro Termo Aditivo assinado em 06.02.92: o Processo iniciou-se em 04.09.91, portanto, levou cinco meses para a tramitação interna e a autorização do Governador;

Este início foi em decorrência do Telex da CDRJ a qual solicitou em 29.07.91, Telex 167 para que fosse alterada a cláusula de reajustamento de preços, que deveria ser retroagido para maio/91 e não como constou em contrato - julho/91.

É de se esclarecer que 29 de julho é feriado municipal em Paranaguá, e no dia seguinte a APPA respondeu (telex 310) à CDRJ que concordava com as alterações da retroatividade da data-base para os reajustes.

Com esta alteração de julho para maio, sem sombras de dúvidas que os valores foram corrigidos a maior em dois meses, o que reflete que para os demais meses até findar o contrato, houve uma majoração de preços que o Senhor Superintendente não tem poderes para autorizar que à época vigia o Dec. Estadual 4758/82, o qual delimita poderes para autorizar as despesas.

A Procuradoria Jurídica da APPA, elaborou Parecer nº 281/91, relatando os fatos de pedido do Aditivo, porém no processo não consta quaisquer das providências indicadas naquela peça, eis que o processado não foi alçado à Seção de Contratos para confeccionar a respectiva minuta. A minuta foi elaborada pela CDRJ a qual foi transmitida por telex sem qualquer alteração por parte da APPA ou da Secretaria dos Transportes ou da Casa Civil.

d - O processo estranhamente não tramitou na Secretaria dos Transportes e nem na Casa Civil (veja-se que decorreram cinco meses), considerando-se que é processo de exclusividade e que não recebeu pareceres jurídicos e técnicos como determina o art. 31, V. do D.L. 2300/86 e art. 40 do Decreto Estadual 700/91.

Portanto, estranhamento o Sr. Superintendente receber da Procuradoria Jurídica em 13.09.91 o processo de aditivo e remetê-lo ao Exmo. Sr. Governador em data de 04.02.92 (Ofício APPA nº 045/92) e no mesmo dia autorizado pelo Governador em exercício - Mário Pereira - sem que no processado houvesse qualquer justificativa para o lapso de tempo. Quer nos parecer que esperou o Governador Requião ausentar-se do País para, em Paranaguá, obter o ato autorizatório do substituto. Estranho, portanto.

Irregular foi este Primeiro Termo Adi-

tivo, tanto do aspecto legal como do aspecto moral, com a alteração dos valores deveria haver os pronunciamentos da Secretaria dos Transportes e Casa Civil, isto tudo indicado no parecer da APPA, que o Sr. Superintendente Mário Marcondes Lobo não reconheceu.

Não pairam dúvidas que o erário público sofreu um violento golpe financeiro ao ser aprovado este Aditivo, elevou-se o prazo de reajustes, retroagiu-se o prazo para aplicação dos cálculos (abril/91) das faturas dos serviços, além do oferecimento da Minuta contratual.

Nota-se portanto, que o Governador em exercício ao autorizar de próprio punho o 1º aditivo, assim escreveu; "Autorizo, cumpridas as formalidades legais".

Pois bem, as formalidades não foram cumpridas, deixou aquela autoridade de, previamente, submeter aos seus assessores a verificação da processualidade e os documentos que o acompanham.

Esta presidência, diligenciou tanto para a Casa Civil como para a Secretaria dos Transportes no sentido de obter os pareceres técnicos e jurídicos respectivos, conforme ofícios n.ºs, os quais foram reiterados em datas de, sem contudo receber respostas.

Ultrapassada esta fase, a APPA novamente investiu administrativamente com o objetivo de alterar mais uma vez o contrato de dragagem, agora a formalização de outro termo aditivo, ou seja: o segundo, que consiste em aumento do volume de dragagem em mais 2.000.000 m³ que somados aos 1.500.000 m³ iniciais totalizam 3.500.000 m³ tudo isto com despesas oriundas do orçamento próprio da APPA.

Este Segundo Aditivo teve origem no documento interno da APPA, datado de 13.04.92, em que a Chefia da Fiscalização da Dragagem propõe tais alterações.

Na tramitação interna, observa-se mais uma vez a Procuradoria Jurídica da APPA manifestar-se sobre o pedido, conforme parecer 137/92, de 21.05.92, que reforça no oferecimento de minuta uma vez que no primeiro termo somente foram feitas pela contratada CDRJ, isto reforça nossa tese anterior que a APPA não havia participado na elaboração daquele instrumento, também aquele departamento jurídico conclui o parecer dizendo que deverá o processo tramitar ordenadamente na Secretaria dos Transportes e Governadoria do Estado, objetivando a autorização.

Mais uma vez estranho o procedimento de remessa. Agora, o Senhor Mário Lobo, mais cauteloso, remeteu o processo diretamente ao Governador Roberto Requião através do Ofício n.º 297/92, de 27.05.92.

Estranho ainda, que sua Excelência, o

Governador em seguida - 01.06.92 - remeteu de próprio punho ao vice-Governador e Secretário dos Transportes Mário Pereira, conforme despacho "01.06.92, para Mário Pereira".

Nada foi dito, nada foi feito, nada foi contestado, alterado ou modificado durante a data supra de 01.06.92 até a data de 03.08.92 (mais de dois meses) e o atual Governador Roberto Requião autorizou o processo. As procuradorias jurídicas, as assessorias tanto do Secretário como do Governador, não participaram da análise do processo, nota-se tanto neste processo quanto no primeiro aditivo.

Estranhamos que todo o processo de formalização dos Termos Aditivos foram negociados via Telex. O correto seria a presença física do Superintendente junto à CDRJ, já que o volume financeiro negociado era extremamente alto.

Também é estranho, o bilhete de remessa do processo (xerox) enviado pelo Senhor Mauro Rocha ao Senhor Superintendente Mário Lobo, que diz:

"Curitiba, 04.08.92. Conforme entendimentos mantidos, devidamente publicado no Diário Oficial do Estado, encaminho-lhe o protocolado sob n.º 945793-3.

Cordialmente."

Após estes percalços, a APPA mediante a autorização do Governador assinou com a CDRJ o contrato em 10.08.92, com todas as alterações propostas administrativamente.

Estabelecida esta fase, passamos à análise do procedimento, com os elementos que foram remetidos, tanto pela APPA como pela Capitania dos Portos do Estado do Paraná.

A oitiva do Senhor Nelson Pessoa Martinelli - Capitão dos Portos - com referência ao encalhe do navio "New Horizont" ocorrido em 17.06.93, não deixa margem de dúvidas quanto ao assoreamento do Canal da Galheta, em depoimento de 19 folhas cujas cópias acompanham o presente, demonstram o desinteresse da APPA e as eventuais manobras da Draga para executar os serviços sempre em espaço curto de tempo, o que prejudica sensivelmente os serviços de limpeza do Canal.

Diligenciamos na APPA para saber de alguns empregados envolvidos no processo tanto na área jurídica como da área técnica, e obtivemos respostas poucos elucidativas para o objetivado, resumindo-se os advogados a dizer que pareceres são peças opinativas que as autorizações são de competência das autoridades apontadas, também não é de forma comum nem usual processos com autorizações superiores sem as respectivas análises jurídicas da Secretaria dos Transportes e da Casa Civil.

Os engenheiros que foram envolvidos no

processo e engenheiros fiscais não embarcaram na Draga Macapá para verificar a exatidão dos volumes colhidos pela Draga autotransportadora, serviços estes que eram conferidos por outros funcionários da APPA, todavia não encontramos elementos que os autorizassem a fazer medições em nome dos Fiscais. Também não souberam explicitar o pagamento de uma fatura com data anterior ao contrato originário.

Sobre esta fatura, juntamos cópia a qual é auto-explicativa e foi emitida em 01.07.91, e certificada em 22.07.91 pela Fiscalização (contrato assinado em 21.08.91).

DRAGAGEM:

A CDRJ dragou em volumes nos anos de 1991, 375631 m³; ano de 1992, 1.072.927 m³; e no ano de 1993, 1.407.907 m³; o que foi o maior volume dragado neste último ano e coincidentemente foi o período em que ocorreu o encalhe do navio "New Horizont" e houve o rebaixamento do Calado de 35 pés para 32 pés no Canal da Galheta.

Estranhamente, mais uma vez é que quanto mais se tirou material do fundo do mar, menos profundamente se conseguiu, não há qualquer método de explicação para este fenômeno.

Também foi diligenciado junto à Associação dos Práticos no Estado do Paraná, para saber daquela Associação os reais motivos do encalhe do navio já citado, e pelas informações tanto do prático que fez a manobra no navio "New Horizont" quanto do Senhor Presidente, Doutor Dermot R. Freitas Barbosa, foram enfáticos ao afirmar que o Canal está assoreado, isto é, mantém material do fundo, não permitindo a navegabilidade de navios de médio e grande porte que anteriormente faziam o percurso sem qualquer alteração. O mais grave, segundo Dr. Dermot, é que, quando do encalhe do navio "New Horizont", a Draga Macapá foi deslocada imediatamente para o local do acidente, promovendo a retirada do banco de areia ali existente, apagando definitivamente a prova do crime. Requisitadas as cartas batimétricas, imediatamente anteriores e posteriores do local do encalhe, a assessoria técnica do Porto de Paranaguá limitou-se a fornecer de outros locais do Canal alegando não possuí-las.

Esta Comissão, requereu documentos de despesas de viagens relativas as diárias pagas ao Senhor Superintendente Mário Lobo, durante o período contratual, somente aquelas feitas ao Rio de Janeiro para tratar de assuntos junto a CDRJ. Com relação aos fatos que fartamente apontamos acima, mais uma vez causa estranheza o comportamento das viagens do Superintendente com visitas à CDRJ.

Observa-se claramente que há um liame entre as datas de pagamento das faturas

Curitiba, terça, em 14.12.93

para a credora CDRJ e a presença do Superintendente no Rio de Janeiro - RJ, e exatamente para tratar de assuntos junto aquela empresa.

As cartas batimétricas que acompanham o processo que analisadas pelas autoridades portuárias, inclusive pela Capitania dos Portos não deixam sombras de dúvida da situação caótica da navegabilidade do Canal da Galheta.

Há sérias suspeitas de que a Draga Macapá prestou serviços a terceiros, enquanto contratada pela APPA (foto anexa).

Várias e sérias denúncias de irregularidades na Administração da APPA, chegaram até os membros da Comissão Especial, tais como: Sub-empresa de serviços, acertos trabalhistas ilegais, favorecimento a empresas - ver requerimento do Deputado Florisvaldo Fier e inúmeros outros que não foram investigados por não serem pertinentes ao objetivo da Comissão.

DA CONCLUSÃO:

Pelos elementos colhidos por esta Comissão, tais como: Cartas Batimétricas, Cartas da Praticagem, depoimentos, documentos, resolve esta Comissão opinar pela Culpaabilidade da APPA e a co-responsabilidade da Secretaria de Transportes, Casa Civil e Governadoria do Estado, quanto ao assoreamento do Canal de acesso ao Porto de Paranaguá denominado Canal da Galheta.

Em consequência, quer nos parecer que melhor seria a aplicação imediata da instauração de uma CPI para o Porto de Paranaguá, pois os elementos ensejadores estão todos presentes, quer quanto ao contrato e seus termos aditivos, eis que evitados de vícios e ilegalidade, uma vez que a tramitação no processo de emergência levou cada um mais de cinco meses, sendo um deles somente para autorizá-lo; quer quanto aos pagamentos das faturas e as coincidências das diárias do Superintendente ao Rio de Janeiro, onde é a sede da contratada CDRJ; que quanto ao superfaturamento, cujo demonstrativo elaborado pela Diretoria Técnica demonstra que o valor em dólar é superior a 44%; que quanto aos cálculos simples de verificar o volume dragado ano/ano e chegarmos à conclusão que no ano que mais se retirou material foi aquele que ocorreu encalhe do navio; quer ainda, ocorrendo a hipótese levantada pelo Capitão dos Portos de haver novo encalhe e o navio permanecer no Canal, fica o Porto de Paranaguá isolado para a entrada e saída de novos navios, prejuízos serão incalculáveis à receita pública.

Isto posto, resolve esta Comissão por unanimidade:

- a) Declarar a APPA culpada e co-responsável a Secretaria dos Transportes, Casa Civil e Governadoria do Estado, pelo

- assoreamento do Canal da Galheta;
- b) Ilegalidade dos termos aditivos, face ao lapso de tempo e ausência de pressupostos legais (artigos 31, V do DL. 2300/86 e Art. 40, VI do DE 700/91);
- c) Remessa, através da Mesa da Assembleia, de cópia deste processado ao Ministério, eis que presentes os elementos para oferecimento de denúncia com base no Art. 319, do Cód. Penal;
- d) Instauração de uma CPI, objetivando levantar na Administração do Porto de Paranaguá, todos os atos que contra a Administração Pública, sejam considerados crime.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 761/93
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica instituído o Fundo Estadual de Saúde do Paraná - FUNSAÚDE, com a finalidade de administrar os recursos do Sistema Único de Saúde - SUS, em substituição ao Fundo Especial de Reequipamento Médico Sanitário - FUNRESAN, criado pela Lei n° 6361, de 21 de dezembro de 1972.

§ 1° - O FUNSAÚDE é dotado de personalidade jurídica e escrituração contábil própria, independente de qualquer órgão da Secretaria de Estado da Saúde.

§ 2° - O Poder Executivo, no prazo de 60 (sessenta) dias, baixará normas para a regulamentação do presente Fundo.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.12.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Com a instituição do Sistema Único de Saúde - SUS, e de acordo com a deliberação do Conselho Nacional de Saúde (Resolução n° 62, de 03.06.93), o Estado ou Município que não cumprir os requisitos da Norma Operacional Básica do SUS (Portaria n° 545, de 20.05.93), terá os valores de pagamento dos serviços de saúde prestados por suas unidades congelados a preços de junho de 1993. Daí ficarem dispostos os requisitos básicos para o Estado dispor de Conselho Estadual em funcionamento; dispor de Fundo de Saúde em funcionamento e manter o Sistema de Informações Ambulatoriais. Considerando-se que a arrecadação própria do ISEP representa 73% do orçamento da SESA para 1994, considerando que os recursos do FUNRESAN representam 0,02% do mesmo orçamento e considerando, ainda, que a Portaria n° 545/93, do Ministério da Saúde vincula ao Fundo Estadual de Saúde as receitas que ora fazem parte do

FUNRESAN, e procurando não perder recursos dispensáveis para a Saúde do Estado, é que apresentamos esta Proposição, que permitirá o carreamento de recursos provenientes do SUS e outros que venham a atender a política estadual de saúde.

PROJETO DE LEI N° 764/93
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a disciplinar a forma de elaboração das folhas de pagamentos das pensões previdenciárias, fazendo constar, especificamente, cada parcela da remuneração integral que os ex-segurados teriam, se vivos fossem, adotando-se os mesmos códigos das fontes pagadoras dos servidores em atividade.

Art. 2° - Os órgãos pagadores das pensões previdenciárias deverão tomar as providências necessárias para que seja dado cumprimento ao disposto nesta lei, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a contar de sua publicação.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.12.93.

(a) ALCEU SWAROWSKI

JUSTIFICATIVA:

Este plano de lei tem por objetivo disciplinar o disposto nos §§ 3° e 4° do artigo 35, da Constituição Estadual.

Com o advento da Carta Magna promulgada em 5 de outubro de 1988, ficou assegurado aos pensionistas, a percepção do benefício mensal equivalente à remuneração integral que o ex-servidor teria, se vivo estivesse.

Adotando-se os mesmos códigos e a mesma forma de elaboração das folhas de pagamento para os servidores em atividade, inativos e pensionistas, ficará mais fácil para a administração e para os próprios beneficiários, fiscalizar o cumprimento da Lei Maior.

PROJETO DE LEI N° 765/93
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Os programas de construção e reforma de unidades habitacionais populares em zona rural, financiados pelo poder público ou que contem com recursos orçamentários do Estado, obedecerão ao disposto nesta lei.

Art. 2° - No planejamento e na execução dos programas a que se refere o artigo anterior, serão observados os seguintes

princípios:

- I - a fixação do homem no campo;
- II - a articulação do Estado com as administrações municipais, para conjugar os esforços e recursos públicos;
- III - a participação da comunidade local, por meio de suas entidades representativas.

Art. 3º - O Estado poderá celebrar convênios com municípios para a execução de programas a que se refere esta lei, priorizando:

- I - os municípios de escassas condições de propulsão sócio-econômicas;
- II - os municípios que apresentem plano local de saneamento e habitação, cujas metas sejam:
 - a) o aproveitamento de materiais e de mão-de-obra locais, inclusive dos próprios beneficiários;
 - b) o emprego de medidas que incrementem a produção ou a aquisição de materiais para construção de baixo custo;
 - c) a participação da comunidade local, por meio de suas entidades representativas, em órgãos de definição da política de habitação e de saneamento;
 - d) adoção de soluções sanitárias que usem técnicas de baixo custo, adequadas às peculiaridades locais;
 - e) a educação sanitária e ambiental da população beneficiária;
 - f) a preservação de mananciais superficiais e subterrâneos;
 - g) o uso dos recursos naturais disponíveis.

Art. 4º - As unidades habitacionais a serem construídas deverão dispor de abastecimento de água potável e de coleta e disposição sanitária adequadas dos resíduos líquidos.

Art. 5º - Serão concedidos incentivos especiais pelo poder público:

- I - ao proprietário que construir, reformar ou melhorar as habitações destinadas à moradia de seus empregados ou parceiros;
- II - ao pequeno produtor rural, assim definido em lei, que construir, reformar ou melhorar as habitações destinadas à sua moradia.

Parágrafo Único - Para os efeitos desta lei, consideram-se incentivos especiais:

- I - o apoio financeiro oficial, por meio de concessão de crédito rural e de outros tipos de financiamento;
- II - a prioridade na concessão de benefícios associados a programas de infraestrutura rural;

Curitiba, terça, em 14.12.93

- III - a preferência na prestação de serviços oficiais de assistência técnica e de fomento por meio dos órgãos competentes.

Art. 6º - Na execução dos programas a que se refere esta lei, o Estado prestará assistência técnica ao município e à comunidade.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.12.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

PROJETO DE LEI Nº 766/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizada a Secretaria de Estado da Educação a instituir o Fundo de Amparo e Assistência ao Aluno-atleta.

Art. 2º - O Fundo criado por esta lei destina-se ao amparo e assistência ao aluno-atleta das escolas oficiais do Estado do Paraná, que figurar entre os seis primeiros colocados em provas de qualquer modalidade de esporte ou atletismo, reconhecidas pelas respectivas agremiações da classe ou pela Secretaria de Estado da Educação.

Art. 3º - O amparo constará de toda e qualquer ajuda material, tal como vale-transporte, ticket refeição, aparelhos e utensílios necessários ao desenvolvimento e prática da atividade escolhida pelo aluno-atleta.

Art. 4º - A assistência se fará mediante concessões e serviços, como bolsas, estágios, viagens, hospedagens, cursos de aperfeiçoamento, fisioterapia e outras atividades necessárias ao melhoramento da capacidade técnica do aluno-atleta.

Art. 5º - Os benefícios desta lei cessam se o aluno-atleta for reprovado no ano letivo que cursa.

Art. 6º - O Poder Executivo elaborará, sob rubrica específica da Secretaria de Estado da Educação, dotação orçamentária própria para fazer face às despesas decorrentes desta lei.

Art. 7º - A Secretaria de Estado da Educação regulamentará esta lei no prazo de 180 dias a contar da data de sua publicação.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na

data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.12.93

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Na moderna conceituação, entende-se por esporte toda a atividade destinada ao aperfeiçoamento físico e mental do homem, seja pela prática livre dos exercícios, seja através das competições.

A importância do esporte na sociedade reflete-se na preocupação dos governos em torná-lo obrigatório onde quer que sua atuação se faça sentir, principalmente no ensino, desde a primeira infância até aos cursos universitários.

O presente projeto de lei vai ao encontro do Programa de Governo de melhoria da rede escolar com a construção de CIEP's, apoiando, assistindo e mais ainda, incentivando os nossos jovens a tornarem-se bons alunos e atletas saudáveis.

Ao aluno-atleta, enquanto mantiver notas suficientes para galgar novas séries, serão garantidos o amparo e a assistência integrais para que ele possa estudar e praticar a modalidade de esporte escolhida. Assim, o aluno-atleta terá mais amor por sua escola, prazer em ali permanecer por mais tempo estudando e treinando, e terá seu pensamento absorvido por atividades úteis ao corpo e à mente.

PROJETO DE LEI Nº 767/93

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O dia 15 de novembro, considerado o "Dia Universal da Umbanda", será incluído no calendário oficial do Estado do Paraná, assegurando aos seus adeptos e dos demais cultos afro-brasileiros o direito ao livre exercício de sua religião, a prática de seus ritos e cerimônias tradicionais e o acesso às fontes culturais porventura existentes nas bibliotecas e em outras instituições do Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.12.93

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Surgiu a Umbanda no Brasil no início do século. Mais precisamente, em 15 de novembro de 1908, através de manifestações mediúnicas de seus primeiros adeptos, notadamente do médium Zélio de Moraes. Teve então, ali, o início de um novo culto religioso, através do qual os espíritos dos velhos africanos e de índios brasileiros poderiam trabalhar em benefício de seus irmãos encarnados, não importando raça, cor ou posição social.

Das normas anunciadas, a principal era a prática da caridade pura, exercida gratuitamente. O novo culto se chamaria "Umbanda", vocábulo formado por três mantras, encontrados no idioma sânscrito e que podem ser traduzidos por "Deus ao nosso lado" ou, em sentido mais profundo, por "Conjunto das Leis de Deus".

A partir daquele dia, o movimento umbandista vem se expandindo no Brasil com impressionante rapidez.

No Estado do Paraná, contam-se hoje milhares de centros, freqüentados por multidões de crentes que neles se reúnem regularmente para a prática da caridade e o exercício dos seus ritos tradicionais.

Pode-se dizer assim, que a Umbanda é uma religião genuinamente brasileira, voltada para o bem, e por este meio, para a purificação e o fortalecimento dos espíritos, da solidariedade e da harmonia entre os homens.

Este projeto de lei objetiva, pois, homenagear, na data da sua criação, a Religião de Umbanda pelos seus ideais altruísticos de amor ao próximo, hoje mais que oportuno neste momento da vida brasileira que se vai caracterizando pela corrupção, violência, propagação da miséria e do desamor e indiferença para com os deserdados da vida.

O SR. PRESIDENTE - (Hermes Brandão) - Não

havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Com a palavra o Sr. Deputado Mário Bezerra.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quem se dedicar a uma avaliação sobre a contribuição que lideranças políticas estaduais têm oferecido para o encaminhamento de graves questões e problemas nacionais, vai constatar a verdade que o Paraná é o Estado brasileiro que mais tem trabalhado nessa direção, para onde estão voltados os grandes objetivos da nossa população.

É tão valiosa a participação das lideranças paranaenses, que o nosso Estado é a unidade da Federação que, no momento, mais oferece nomes à opinião pública para avaliação e julgamento, reunindo credenciais - as melhores - para disputar as eleições à Presidência da República, em 1994.

O Paraná oferece aos brasileiros novas lideranças que se projetam no cenário político pelo trabalho que realizam e pelos ideais que defendem. Lideranças identificadas com os anseios e as aspirações da sociedade brasileira, ansiosa, em seu conjunto, por mudanças sociais, econômicas e políticas. E nessa ocorrência de valores paranaenses que se dedicam ao serviço da

Pátria e ao bem-estar da sua população, ressalta a figura do empresário e líder político, integrante do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, Senador da República e Ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo, cuja presença nessa pasta ministerial, repleta de realizações em favor do Brasil e do Paraná, deixará a marca da assinalada atuação de um homem que provou que faz e sabe transformar o crescimento econômico em instrumento para a melhor distribuição de renda entre os brasileiros.

José Eduardo de Andrade Vieira sabe converter o capital no poderoso aliado dos trabalhadores contra a exploração social do homem que produz, para que o operário possa usufruir dos lucros propiciados pelo seu labor e possamos fazer do poder em nosso País um instrumento de luta contra as gritantes desigualdades que nos separam na obtenção de uma sociedade justa e democrática.

O Senador José Eduardo é um permanente lutador para que as mudanças econômicas e sociais não sejam um sonho irrealizável. Mas sejam - isto sim - uma verdade nesta porção territorial cuja população reclama melhores caminhos de vida e oportunidades.

Para José Eduardo de Andrade Vieira, modernidade significa uma economia de alta produtividade, competitiva e com rápido desenvolvimento tecnológico, capaz de atender às necessidades da população e de gerar um elevado excedente de poupança para investimentos.

Para romper os grilhões que nos amaram em círculos viciosos da vida nacional, o ilustre Senador e Ministro tem insistido em sua pregação em que é preciso reformar a mentalidade do que se convencionou chamar de "classe política" - uma parcela de oportunistas, responsáveis por práticas abomináveis como essas que estamos vendo virem a público, com a revelação dos escândalos ocorridos no âmbito da Comissão Mista de Orçamento do Congresso.

O Senador José Eduardo tem insistido em sua pregação - e Vossas Excelências, Senhores Deputados, são testemunhas dessa verdade que vos proclamo - na necessidade de instaurar-se neste País princípios de boa gestão na administração e nas finanças públicas. E foi dentro desses princípios que S. Exa. pôde alcançar resultados de alta competência e grandes realizações no Ministério do Presidente Itamar Franco, que o credenciam para assumir novas responsabilidades perante os brasileiros.

Quem, desapaixonadamente, quiser fazer uma avaliação honesta sobre a participação do Senador José Eduardo na administração pública brasileira, vai comprovar que há pouco mais de um ano, quando foi convidado pelo Presidente Itamar Franco para assumir

Curitiba, terça, em 14.12.93

o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, o Senador José Eduardo sabia que tinha pela frente uma difícil e árdua tarefa, a começar pela estruturação de um ministério que fora extinto e ressurgia ante a necessidade de recuperar setores da vida brasileira duramente afetados pela recessão econômica.

O desafio era grande, mas não o suficiente para abater quem sabe fazer das dificuldades o melhor caminho para colocar em marcha idéias e soluções objetivas aos problemas mais complexos e às questões mais conflituosas - traço marcante da personalidade de José Eduardo de Andrade Vieira como um realizador de sucesso.

O novo Ministro, cujo desempenho do mandato de Senador da República o credenciara, nos debates dos problemas nacionais, para encaminhar os temas maiores econômicos e sociais, quando o País se viu envolto pela profunda crise política a que fora conduzido pelo processo de julgamento e declaração do impedimento do Presidente da República - fato inédito na história brasileira - recebeu, num momento de enormes dificuldades políticas, a incumbência de criar ações e reorganizar áreas de governo e administração que haviam sido pulverizadas e espalhadas pelos Ministérios da Economia, Planejamento, Justiça e Desenvolvimento Regional, iniciando o processo de mudanças proposto pela nova administração pública federal.

E o que fez o Ministro José Eduardo?

Com sua vontade permanente de realizar, com a eficiência e eficácia que caracterizam os seus atos, aceitou o desafio, a partir de uma determinação voltada para atender pontos angustiantes da vida brasileira: transformar a nascente pasta ministerial num organismo ágil e dinâmico do desenvolvimento econômico e do emprego.

Coerente com a sua pregação de empresário bem sucedido e atento observador das necessidades da população brasileira no Senado da República, José Eduardo decidiu que todas as ações empreendidas na sua gestão deveriam ser voltadas, prioritariamente, para a geração de empregos.

Sua visão de empresário na área de serviços, na indústria e na agricultura levou-o a agregar à sua gestão a conclusão de que a geração de empregos permanentes só é possível a partir da retomada do crescimento da economia. Defensor da tese de que a recessão e a inflação são os dois grandes inimigos a serem combatidos no Brasil contemporâneo, José Eduardo fez de seu Ministério uma arma eficiente do Governo e entrou na luta.

Entendendo que a melhor estratégia para vencer esses inimigos é o estabelecimento de parcerias permanentes do governo com empresários, trabalhadores, consumido-

res, comunidade acadêmica e Congresso Nacional, o Ministro José Eduardo buscou o quanto pôde a fixação dessas parcerias nas áreas de atuação de seu Ministério, especialmente com relação à formulação da política industrial.

Nesta linha, reativou as câmaras setoriais, que deixaram de ser um foro para simples discussão de preços e custos, passando a ser o local adequado para a discussão democrática e transparente entre governo, trabalhadores e iniciativa privada, para o encontro de soluções práticas para o desenvolvimento dos diversos setores da economia.

O melhor exemplo de resultado destas negociações foi o sucesso alcançado pela Câmara Setorial da Indústria Automotiva, coordenada pessoalmente por José Eduardo, cujo acordo assinado pelo governo e por 32 entidades patronais e de trabalhadores possibilitou a geração de 90 mil empregos e sucessivos recordes em produção e comercialização no setor.

Este ano, a indústria automobilística teve um crescimento de 32%, e já é possível prever que, em 1994, serão montados no Brasil mais de 1 milhão e 500 mil automóveis, número capaz de prover o setor da necessária escala de competição internacional, além de estimular diretamente o crescimento de outras áreas da economia. Sucessos também foram alcançados nas câmaras setoriais da indústria naval, da agroindústria, de jóias e pedras preciosas, artigos eletro-eletrônicos, entre outras.

José Eduardo também possibilitou que a política industrial brasileira passasse a ser discutida em dois ambientes mais abrangentes, porém não menos democráticos do que as câmaras setoriais: do lado da empresa, criou o Conselho Consultivo Empresarial para Competitividade (CONCEC) e, do lado da mão-de-obra organizada, o Conselho Consultivo do Trabalhador para a Competitividade. São instrumentos que, de um lado visam colocar o Brasil em pé de igualdade com países concorrentes no mercado mundial, e, de outro, garantir a melhoria dos salários e do número de empregos ao trabalhador brasileiro.

O Ministro paranaense acredita que é preciso encarar a melhoria da qualidade e o aumento da produtividade como armas fundamentais na guerra das prateleiras do mundo contemporâneo. Mas ele também é consciente de que a busca da produtividade somente tem sentido se produzir resultados sociais, ocupando a mão-de-obra que entra no mercado de trabalho e proporcionando melhores condições de salário e de vida para a maioria da população. "Uma fábrica sem operários pode representar o modelo da mais avançada tecnologia, mas pode também

se tornar um problema social sem solução", explica o Ministro.

Dentro dos esforços no sentido de melhorar os índices de qualidade e de produtividade do produto brasileiro, José Eduardo deu início, após a calamitosa constatação de que a economia brasileira joga no lixo algo em torno de US\$ 51 bilhões, a trabalhos no MICT, visando combater o desperdício no País. As ações nesta área estão sendo desenvolvidas no âmbito do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade, o PBQP, através de seminários com empresários, trabalhadores e técnicos do governo.

Quando José Eduardo assumiu o Ministério da Indústria e do Comércio, a balança comercial brasileira estava praticamente estacionada e mantinha níveis mensais médios de desempenho em torno de US\$ 2 bilhões de dólares de exportações e de US\$ 1 bilhão de importações. Em um ano, ele conseguiu fazer com que o Brasil desse um grande salto nesta área, não só na quantidade como na qualidade das exportações brasileiras, que passaram para US\$ 3,5 bilhões. As importações pularam para a casa dos US\$ 2,7 bilhões mensais.

José Eduardo tem trabalhado no sentido de obter competitividade no processo produtivo brasileiro, para que nossos bens e serviços sejam capazes de chegar às prateleiras do comércio internacional e do mercado interno em condições semelhantes às de outros países, mesmo àqueles que tenham estágio tecnológico superior ao nosso.

Para isso, ele tem defendido junto às autoridades econômicas e aos vários segmentos do setor produtivo a necessidade do Brasil ampliar as relações comerciais com grandes mercados potenciais, como Rússia e China, e conseguir equilíbrio entre importação e exportação. Ele acha que é preciso superar no Brasil a mentalidade da necessidade absoluta de produzir superávits comerciais, com a preocupação voltada apenas para um lado da balança, o da exportação. "Esta mentalidade está superada", diz. "No mundo contemporâneo só vende bem quem dispuser de bons produtos e bons preços e quem seja, ao mesmo tempo, um bom comprador de outros produtos", compara.

Outro setor beneficiado pelo trabalho do ministro paranaense foi o da cafeicultura. Quando José Eduardo assumiu a responsabilidade sobre o setor, no final do ano passado, os produtores de café enfrentavam uma grave crise, com as lavouras em decadência, com constante queda de produtividade, aumento de custos e endividando cada vez maior dos plantadores. Em seis meses, ele conseguiu reverter o quadro da cafeicultura nacional, reorganizando a produção e o mercado do café, de maneira

que os preços da saca praticamente dobraram no período, fazendo com que o produtor voltasse a contar com uma boa remuneração de sua lavoura e garantisse emprego para milhares de trabalhadores rurais.

"Com sua competência de empresário já reconhecida, o Ministro José Eduardo salvou a cafeicultura nacional e, até, mundial", chegou a considerar o cafeicultor e presidente da Comissão Técnica de Café da Federação da Agricultura do Paraná, Wilson Baggio, durante homenagem prestada ao ministro em Londrina, por cerca de 500 lideranças rurais ligadas ao setor. Baggio lembrou que o ministro conseguiu um fato "histórico e inédito", que foi o aumento do preço do produto em plena safra.

De fato, desde que José Eduardo assumiu a condução da política do setor, a renda da cafeicultura nacional cresceu em torno de US\$ 250 milhões, com grandes benefícios para as diversas regiões produtoras e para o país. E, por conta disso, o Brasil conseguiu reassumir a liderança mundial da produção de café e, em agosto passado, as exportações brasileiras geraram US\$ 93 milhões, resultando na maior receita cambial do ano.

Medidas adotadas na área do turismo já possibilitaram o incremento da ordem de 20% do número de turistas estrangeiros no Brasil, durante a gestão de José Eduardo. Neste setor, que tem merecido especial atenção do ministro paranaense por se tratar de uma das atividades que mais crescem no mundo e que, no Brasil, emprega mais de 1,6 milhão de pessoas, também foram feitas parcerias com a iniciativa privada para desenvolver projetos que têm como objetivo trazer ao Brasil, até 1995, 2 milhões e 600 mil turistas estrangeiros, possibilitando a duplicação da receita gerada pelo setor e a criação de 490 mil novos empregos diretos e indiretos.

Com o objetivo de expandir o comércio externo do Brasil, o ministro José Eduardo empreendeu viagem à Moscou, onde assinou protocolo para o incremento das trocas comerciais brasileiras e russas para viabilizar um fluxo comercial que hoje não chega aos 300 milhões de dólares para elevá-lo a 2 bilhões de dólares nos próximos anos. Dois ou três anos. Aumentar o fluxo comercial com a Rússia é objetivo fundamental para o Brasil, pois cada bilhão exportado significa 70 mil novos postos de trabalho. "Criar empregos permanentes é prioridade absoluta da nossa administração", recordou o ministro paranaense. Ao comentar o bom exemplo de abertura comercial que o Brasil está dando ao ampliar o comércio com a Rússia, o Senador José Eduardo considerou "a formação de blocos comerciais é uma fatalidade, neste admirável mundo novo, mas este mundo novo só se-

rá admirável se não comportar privilégios nem exclusões".

Analisando a atuação do ministro, o jornal "Indústria & Comércio", de Curitiba, em editorial de primeira página considerava que "com a visão de empresário, o ministro percebeu de imediato qual a opção estratégica para fazer frente ao aviltamento de preços no mercado externo. Com habilidade igualmente empresarial, está indo em frente". E enfatiza: "Pela primeira vez nas últimas décadas, o Brasil assume a dianteira no movimento internacional de países produtores de café, com o objetivo de disciplinar a oferta e valorizar os preços. Para isso, estão sendo essenciais a capacidade de liderança e a noção de "timing" reveladas por Zé Eduardo, que já granjeou condições para conduzir a reação dos países produtores e, especialmente para resguardar os interesses brasileiros". E concluiu o prestigioso órgão de imprensa paranaense: "Só pelo fato de estar conduzindo a questão do café com inteligência e firmeza, além de senso de oportunidade, José Eduardo já consolidou historicamente a sua gestão no Ministério que ocupa. Disse a que veio. Está provando que ninguém melhor do que um empresário da sua envergadura para agir com desenvoltura e objetividade". Foi graças à ação de José Eduardo que a comercialização do café deslanchou. O Brasil recuperou o terreno perdido. Assumiu a liderança mundial das negociações. O ministro paranaense foi o artífice e grande articulador da Associação Internacional dos Países Produtores de Café, que, em reconhecimento à liderança exercida pelo Ministro José Eduardo, aclamaram-no presidente dessa entidade internacional.

O Senador José Eduardo de Andrade Vieira, um agricultor paranaense que revolucionou a produção no Paraná igualando-a e, em alguns casos, até superando índices de Primeiro Mundo elevando o conceito da nossa agricultura, cujo grande exemplo é a Fazenda Mitacorê, onde o produtor José Eduardo transmite a prefeitos e vereadores a tecnologia ali aplicada para ser disseminada por todo o Paraná, para que consigamos elevar o conjunto da produção paranaense, teve o privilégio de acumular o cargo de Ministro da Agricultura, onde deixou o traço marcante da sua personalidade: introduzir mudanças para melhorar a vida dos agricultores brasileiros. José Eduardo soube enfrentar com coragem e competência com múltiplos interesses dos grandes latifundiários e inimigos da reforma agrária neste País, ao propor a divisão das terras nas grandes fazendas que não realizassem o combate à febre aftosa. Foi o bastante para que se levantassem contra o ministro paranaense os poderosos

interesses dos anti-reformistas e dos grupos ultradireitistas. Mas José Eduardo não se deixou abater. Enfrentou os privilegiados donos das maiores extensões de terras do País, em favor do desenvolvimento da agricultura e da produção pecuária nacional. E não foi apenas isso que assinalou a sua passagem pelo Ministério da Agricultura. José Eduardo colocou em prática um programa de distribuição de sementes aos pequenos agricultores que vai resultar em considerável aumento da produção de alimentos para suprir as necessidades da população brasileira, principalmente das populações mais pobres do País.

No desempenho de suas funções ministe-

riais, José Eduardo teve de enfrentar poderosos interesses em favor do desenvolvimento nacional. Foi vítima de muitas calúnias e intrigas, mas sempre persistiu na sua ação patriótica. Exemplo disso é o episódio relacionado com a contribuição que os paranaenses deram ao programa nacional de privatizações, onde surgiu uma das muitas intrigas dos interesses menores, obscuros até, dos adversários do senador paranaense. Coube ao conceituado jornal paranaense Indústria & Comércio, em editorial de primeira página, na sua edição de seis de outubro deste ano, desmascarar os intrigantes. Disse o Indústria & Comércio, para conhecimento da opinião pública:

"A POSIÇÃO PATRIÓTICA DE ZÉ EDUARDO E A INTRIGA RASTEIRA"

Um dos aspectos mais deploáveis da política brasileira é o das intrigas pessoais. Homens identificados com o desenvolvimento, como o ministro José Eduardo Vieira, estão sendo atingidos pela mão-fé dos que, inescrupulosamente, tentam torcer os fatos e impor interpretações capciosas, em oposição à lógica e ao bom senso. O primeiro fato sistematicamente distorcido é a ligação entre o ministro e o Bamerindus.

Licenciado de sua função de dirigente no Banco, desde que se voltou para a vida pública, o ministro agiu de acordo com os ditames da ética. A organização bancária fundada por Avelino Vieira é uma instituição que segue seus próprios rumos, com administração altamente profissional. Mas há quem não perdoe, em Zé Eduardo, a condição de empresário, como se fosse algo comprometedor ou desonroso. Como se a capacidade de empreendimento contrariasse o interesse nacional...

No entanto, a Nação está

farta de ver o naufrágio de ministros sem passado empresarial, sem experiência na área econômica, sem nenhuma sensibilidade e tirocínio. Quando um homem experiente dá a sua colaboração ao País, em ministérios importantes, surgem os detratores e os intrigantes, na faina execrável de denegrir com base em inferências absurdas, como essa sistemática e maldosa identificação entre o ministro e o Bamerindus.

Quando o banco, que, como todos os outros, foi obrigado a comprar certificados de privatização, converteu esses certificados em participação acionária em empresa privatizada, surge a versão cínica que busca implicar o ministro em transação condenável. Versão sórdida, pois o banco teria de aplicar de alguma forma o dinheiro bom convertido em certificados e escolheu uma empresa situada no Paraná e ligada a setor importante para o desenvolvimento.

Com 5% de ações da Ultrafértil sob controle do Bamerin-

us, isso não significa que a empresa seja de Zé Eduardo. Mas, por incrível que pareça, há deputados que estão pedindo ao presidente Itamar a cabeça do ministro, por "favorecimento" à Ultrafertil. Qual a razão? Por ter Zé Eduardo sugerido ao ministro da Fazenda a elevação da alíquota do imposto sobre importação de fertilizantes. Para "proteger" a Ultrafertil? Para proteger os 5% de participação do Bamerindus?

A intriga é ridícula. O ministro está propondo um mecanismo de defesa, muitas e muitas vezes usado no País quando se configuram situações singulares no mercado internacional. No afã de superar os problemas

econômicas subsequentes à derrocada do comunismo, nações do Leste europeu e a ex-URSS estão ofertando vários produtos, incluindo a uréia, a preços baixos, mais baixos do que os custos de produção de fertilizantes numa economia sujeita à inflação, como a nossa.

Justificam-se plenamente as cautelas para proteger nossa produção interna, seja ou não a Ultrafertil uma das beneficiárias, tenha ou não o Bamerindus 5% de suas ações. Raciocinar nesses termos estreitos chega a ser ridículo, pois o que o ministro propõe é uma estratégia para evitar que o País pague barato, agora, pelo fertilizante importado, vindo a pagar muito mais

caro, amanhã, quando outra for a estratégia de preços no mercado internacional.

Tantas e tantas vezes o Brasil já foi vítima desse jogo de preços baratos, como etapa preliminar do atrelamento a fornecedores do exterior, que chega a ser clamoroso que deputados, eleitos pelo povo para defender os interesses do País, não percebam (ou não queiram perceber) o sentido da medida proposta por Zé Eduardo, lucidamente empenhado em preservar os interesses nacionais. Em vez de intrigas rasteiras, ele deveria estar sendo aplaudido por tantos que só parecem ser patriotas na hora do discurso.

Para concluir uma avaliação sobre a gestão do Senador José Eduardo como representante do Paraná no Ministério do Presidente Itamar Franco, basta, Senhores Deputados, que partilhemos da opinião de um dos mais respeitáveis e conceituados órgãos de comunicação social do Brasil, que é a Gazeta do Povo, jornal paranaense que nos seus 75 anos de existência fir-

mou-se entre os cinco principais jornais brasileiros, e cuja opinião transmitida aos milhares de leitores em seus editoriais, é considerada como uma das mais conceituadas e respeitáveis do Brasil.

Ouçamos o que disse a Gazeta do Povo, no seu editorial intitulado "Ministro do Paraná a serviço do Brasil".

A presença do senador José Eduardo de Andrade Vieira no Ministério da República, ocupando o cargo de titular da pasta da Indústria, Comércio e Turismo, foi positiva, honrando não apenas a sua biografia como o Paraná, que ele representou em alto nível. Quando Sua Excia. se prepara para deixar o ministério, solicitado por sua carreira de homem público, é mister esse reconhecimento e ao mesmo tempo lembrar que o Paraná possui outros nomes de igual relevância, prontos a servir à nação e dar sua parcela de contribuição para a realização do bem comum, tarefa dos bons governos.

José Eduardo marcou sua presença no governo Itamar Franco, neste espaço de pouco mais de um ano, com uma vigorosa atuação em defesa de melhores padrões de competitividade para nossa indústria, de modo a mantê-la operativa num mundo que rapidamente se globaliza e onde o sucesso dos povos se mede pela sua capacidade de intercambiar bens e serviços entre parceiros. Tanto que a corrente de comércio exterior do Brasil, em sua gestão, manteve contínuo crescimento, tendo possibilidade de fechar o exercício ao nível de mais de 60 bilhões de dólares, com saldo positivo e expansão crescente, inclusive das importações. Trabalhou ademais pela abertura de mercados novos, como na China, entre os russos e alhures.

Na verdadeira devoção ao conceito de qualidade e produtividade - que forma a base da competição das economias contemporâneas -, José Eduardo alargou e consolidou os propósitos do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade, indo buscar na parceria com o Japão um suporte de aperfeiçoamento de nossas técnicas de produção e gerenciamento, que val beneficiar inclusive os paranaenses, através do Instituto Brasil-Japão pela Qualidade e Produtividade.

A indústria automobilística recebeu um poderoso influxo da experiência empresarial do ministro José Eduardo. Com o recurso a um pacto setorial que, pela primeira vez no Brasil, juntou em torno de um espaço comum os empresários, trabalhadores e gente do governo, ele conseguiu recuperar a produção ao nível histórico de mais de um milhão de unidades, assegurou os empregos e ainda expandiu a arrecadação tributária, não obstante ter convencido as autoridades a reduzir a carga nominal sobre os carros.

No caso do café, o ministro José Eduardo esteve à frente das negociações para uma nova organização de produtores, fechando o hiato setorial que se arrastava desde o colapso da Organização Internacional do Café. Com esse esforço, logrou uma recuperação histórica nos preços do café, beneficiando diretamente o produtor brasileiro. Ainda, durante sua interinidade como ministro da Agricultura e do Abastecimento, tomou medidas para reforçar as linhas de crédito disponíveis aos produtores rurais, implantou um programa de oferta de sementes agrícolas básicas para melhoria da produtividade e, em nosso caso, viabilizou a transferência do patrimônio do antigo IBC para instituições de ensino, como o Cefet de Londrina.

Se não foi pródigo em liberar verbas no varejo - passando justamente ao largo de práticas que se revelaram deletérias para nossa consolidação democrática -, José Eduardo teve sempre a visão geral de Estado que distingue os líderes amadurecidos. Com suas ações de incentivo à competitividade, ao intercâmbio, à abertura controlada, ele terá colaborado em muito pela criação ou manutenção de bons empregos capazes de pagar melhores salários; justamente o que caracteriza a evolução da renda das pessoas e dos países.

Os paranaenses, em especial, sempre puderam considerar o ministério ocupado por José Eduardo como a casa do Paraná em Brasília. Ali se discutiam assuntos de interesse público, ali se respirava uma atmosfera positiva, ali se sentia confiança nos destinos do país.

Por tudo isso e mais que o relatório das atividades do titular por certo irá referir, a presença de José Eduardo pôde ser diagnosticada como o Paraná no Ministério da República. Com sua saída, estimamos que o nosso estado continue a merecer a distinção de figurar no gabinete federal, através de um de nossos inúmeros e igualmente qualificados líderes políticos, técnicos, ou dirigentes empresariais, ocupando função similar.

O que reivindicamos não apenas em nome do equilíbrio federativo e da densa e crescente presença institucional do estado do Paraná no selo da República, como pela evidência de que dispomos, em nossa terra, de um celeiro de homens públicos capazes e devotados, integralmente aptos a servir ao Brasil no ministério Itamar Franco."

Além da Gazeta do Povo, outro importante órgão da imprensa paranaense - o Jornal Indústria & Comércio - analisou o que foi feito por José Eduardo como Ministro em favor do Paraná e do Brasil e fez o julgamento da sua gestão. E para que esse julgamento fique registrado na história política do nosso Estado, relembro para Vossas Excelências para a profundidade do

trabalho realizado por esse líder que o Paraná pode oferecer para governar o Brasil, que o ilustre e dinâmico senador José Eduardo de Andrade Vieira. Ouçamos um julgamento da imprensa livre do Brasil e de um dos mais respeitáveis jornais brasileiros, com o título aplicado com muita propriedade: "O Paraná pode se orgulhar do Ministro José Eduardo":

de a essa política que adotou, a partir do momento em que o presidente o nomeou para acumular as funções da Indústria, do Comércio, do Turismo, com a da Agricultura. O ministro foi criticado por outra firme ação sua. Sábila, firme, necessária, corajosa e histórica. A atitude que tomou em relação à febre aftosa. São poucos os que, de imediato, entenderam o alcance dessa decisão do ministro.

Em primeiro lugar, trazendo o problema da aftosa para a mesa de discussões da Nação, a questão da exportação e o consumo da carne brasileira é vista como sendo fator de segurança nacional. Por que devemos nos alimentar com carne não sadia

quando a Europa come carne seguramente livre da aftosa? Por que devemos continuar nesse estágio subdesenvolvido, quando a maioria dos países só permite que sua população se alimente de carne livre da aftosa?

Os milhões de dólares que o Brasil deixa de exportar empobrecem a Nação como um todo, desde o agropecuarista até o portuário que trabalha no embarque da carne. Enquanto isso, a Argentina tem cifras de comércio exterior de carne bovina que ultrapassam a casa do US\$ 1 bilhão e ocupa um privilegiado espaço no mercado internacional. Aqui, no Brasil, ao longo dos últimos 30 anos não fomos capazes de nos livrar deste problema. Tudo isso o ministro José Eduardo sabe.

Por isso dissemos e repetimos: ele tomou uma decisão sábia, firme, necessária, corajosa e histórica.

O que o ministro José Eduardo fez - o Brasil já está reconhecendo - foi colocar o dedo na ferida para despertar a consciência nacional para questão que é vital não só para nossa economia, mas principalmente para a saúde da população brasileira. Isto serve de lição, por exemplo, às dezenas de ministros que passaram pelo cargo e se mostraram de mãos atadas para empreender uma ação concreta de tamanha envergadura nesse campo. Certos produtores, ou homens do campo, como prefere autodenominar-se por exemplo Ronaldo Calado, uma das poucas vozes dissonantes, têm apenas o interesse no discursismo e não entram a fundo na questão, como fazem, igual e geralmente, os críticos de esquerda. O ângulo, o fundamento, estes não importam. O discurso, este sim, dá espaço na mídia, e, em ano eleitoral, dá também voto.

Não são capazes de dizer o que fazer.

É de se perguntar ao leitor, se, depois desses 30 anos, poderíamos considerar um erro a proposta de desapropriação de terras de criadores inescrupulosos que por anos a fio não assumem sua parte de responsabilidade no problema. Os produtores rurais que convivem com a aflição em suas propriedades são indefen-

síveis. Constitui verdadeira lesa-pátria a negativa de uso dos medicamentos adequados para erradicação do mal.

José Eduardo conseguiu tocar ao mesmo tempo dois Ministérios "pesos-pesados", sem perder no dia-a-dia o "timing" das decisões. Isto o coloca entre os poucos executivos brasileiros capazes de fazer duas coisas ao mesmo tempo e conseguir imprimir continuidade ao trabalho. Certamente é uma credencial que o habilita para qualquer função pública, porque na iniciativa privada já mostrou do que é capaz e não precisa provar mais nada.

No Ministério da Indústria e Comércio fatos marcantes já o distinguem. Fiquemos com os últimos pois o espaço seria pequeno para mencioná-los todos. O acordo com a indústria automobilística, a política que estabeleceu o preço internacional do nosso café, sua interferência pessoal para trazer para Paraná o Instituto de Qualidade Brasil Japão não são só atos de grandeza e parangão do ministro, mas sobretudo demonstração de eficiência em matéria de administração.

Ao contrário de outras figuras que, sentadas em áreas estratégicas do Estado e da Nação, mantêm um imobilismo irritante vivem para o ócio e para o não fazer, o Paraná desta geração deve orgulhar-se de ter um ministro como José Eduardo Andrade Vieira.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.
O Brasil vive um momento de crise angustiante. Crise de valores morais e éticos. Aproximam-se as eleições para a Presidência da República no pleito de outubro de 1994. Nós paranaenses podemos sentir-mo-nos orgulhosos de poder oferecer ao País e à sua população nomes de novos líderes. Líderes de uma nova geração que deseja ver encaminhados com alta competência os graves problemas econômicos e sociais que afligem os brasileiros.

Nós, no Paraná, podemos oferecer aos brasileiros a grande opção que o Brasil precisa. Opção de um governo comprometido com a ética na política e a moralidade na administração. Governo de trabalho e realizações. O Ministro e Senador paranaense José Eduardo de Andrade Vieira é uma ótima opção eleitoral para os brasileiros. É chegada a hora do Paraná unido em torno dessa liderança, dar ao Brasil o Presidente que saberá conduzir o País e o seu povo para ingressar no segundo milênio da história recente da humanidade como nação de primeiro mundo.

José Eduardo de Andrade Vieira é o homem para enfrentar essa desafiante tarefa. José Eduardo já provou que faz!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Passa-

mos ao Horário das Lideranças.

PDT. (Declina).

PMDB. (Declina).

PSDB. (Declina).

PTB. (Declina).

PFL. (Declina).

PT. Concedo a palavra ao Sr. Deputado Rosinha.

Queremos registrar a presença dos Vereadores Nilton Penido, Nilton Mafra, Manoel Batista, Raimundo Cavalcanti, Miguel Oguido e José Santana, Vereadores de Formosa do Oeste e convidados para visitar a Assembléia pelo Deputado Duílio Genari.

O DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

No início do mês de dezembro o Ministério Público Federal, através de quatro promotores, entrou com uma ação cautelar e nominada na Justiça Federal. Nesta ação visavam, primeiro, sustar as subcontratações efetuadas pelas empresas vencedoras da licitação realizada pela TELEPAR com a empresa PHONESUL, segundo, afastamento de membros da diretoria executiva da TELEPAR, terceiro, indisponibilidade de bens dos membros da diretoria executiva e do sócio-gerente da PHONESUL.

As empresas vencedoras desta referida licitação, foram a PROMAM, a EQUITEL, a FURUKAWA, a INEPAR, a ALCATEL, a STC,

SOCOFR e a OAS, muitas delas já conhecidas nossas, envolvidas na CPI do Collor e, como a OAS, envolvida na CPI do Orçamento.

Estas empresas, foram acusadas, algumas delas, de contribuir com caixinhas para eleição de Deputados e caixinha para eleição de Paulo Cordeiro na TELEPAR.

A TELEPAR, disse o Juiz: É evidente o favorecimento injustificado conceder a PHONESUL a título gratuito bens de serviços próprios da empresa. Isto está escrito no parecer do Sr. Juiz, usando a argumentação do Ministério Público.

O Tribunal de Contas da União também já tinha analisado algumas questões da TELEPAR e tinha constatado superfaturamento na compra de dois imóveis e tinha suspenso o contrato com a PHONESUL, que não teria sido cumprido até o dia em que foi dada entrada esta ação.

O Sr. Juiz deu o direito de defesa à toda a direção da TELEPAR antes de julgar esta ação. E ontem foi decidido que não apreciaria a questão referente à PHONESUL, uma vez que a TELEPAR acatou a decisão do Tribunal de Contas da União e suspendeu o contrato daquela empresa.

O Sr. Juiz concedeu liminar afastando todos os membros da Diretoria Executiva da TELEPAR e não concedeu liminar para indisponibilidade de bens.

Esta foi a decisão do Dr. Eduardo Antônio Lipmann Junior, Juiz da Justiça Federal.

Por outro lado, já no dia dez passado, o Dr. José Almada de Souza, da 8.^a Vara da Justiça Federal, a pedido do Delegado Alcyon Carbonari da Polícia Federal, decidiu e concedeu a quebra de sigilo bancário dos Srs. Paulo Roberto Cordeiro, José Carlos Cicarino, Ipson Campos, Anibal Antônio Cristiano de Almeida, e das empresas GRAPH-PAPER, de propriedade do Deputado Luciano Pizzato, POLIPLAN, de propriedade do Deputado Luciano Pizzato e da Liga Paranaense de Combate ao Câncer.

Tudo isto fruto das denúncias feitas pelo Sindicato dos Trabalhadores e Telefônicos do Estado do Paraná, SINTEL. Isto mostra que quando aqui nesta tribuna trouxemos e denunciemos a suspeita de uma série de irregularidades envolvendo a TELEPAR elas não eram sem pé nem cabeça, eram irregularidades que deveriam ser apuradas. Há indícios de corrupção na administração da TELEPAR, há indícios de criação de caixinha para campanha eleitoral e já foram denunciados por um empresário, proprietário da EMBRAENE, os Deputados Pinga Fogo de Oliveira, Ratinho, Luciano Pizzato, como Deputados que usam dessa caixinha para o seu favorecimento.

E agora, acatando pedido da Polícia Federal, é quebrado o sigilo bancário de toda direção executiva da TELEPAR, e de

duas empresas e uma entidade filantrópica. Isto já devia ter sido feito há muito tempo atrás, e principalmente o afastamento daquela direção da TELEPAR que não vinham permitindo que fossem apuradas aquelas irregularidades. Há mais de seis meses que um grupo de cidadãos paranaenses, dirigentes do SINTEL e alguns Parlamentares têm se batido para que também no Paraná os órgãos federais aqui existente sejam passados a limpo.

Há acusações de que há anos se paga caixinha, paga-se propina para dirigentes da TELEPAR, inclusive nas fitas gravadas que fazem parte dessa documentação, consta que ali foi financiada a campanha de Luciano Pizzato para Prefeitura de Curitiba, e que através dali a empresa EQUITEL financiou a campanha de Rafael Greca, isso está na gravação de fitas que hoje se encontra na Polícia Federal e no Ministério Público. Esperamos que essa liminar concedida ontem pelo Dr. Eduardo Antônio Lipman seja mantida na Justiça Federal na instância superior.

O Sr. Mário Bezerra (Aparte, assentimento)

- Acho importante que se registre: estou recebendo um comunicado, acho que os outros Deputados também receberam, um documento da TELEPAR onde faz algumas considerações. (Lê):

"Em razão das seguidas reportagens dando conta da instauração de inquérito cível público para apurar supostas irregularidades na TELEPAR, e que seguidamente gera farto noticiário com sérios prejuízos à Companhia, a Diretoria da TELEPAR informa o seguinte:

1. A Procuradoria se baseia em representações do Sindicato dos Telefônicos, feita a partir de um dossiê elaborado por um ex-funcionário da TELEPAR demitido por justa causa, Armando Ogata, e pelo desempregado, outrora já envolvido em processo de extorsão, Geraldo Braga.

Ambos figuram em um processo onde tentaram vender à empresa Triagem Administração de Recursos Humanos Ltda., a conquista de uma concorrência pública na TELEPAR mediante o pagamento de vantagens pessoais para ambos. Esta denúncia da TRIAGEM está registrada em escritura pública de 02/08/93 no 10.^o Ofício de Notas.

2. Armando Ogata e Geraldo Braga, autores do dossiê de que se vale a Procuradoria, além de desqualificados, são também trapalhões, pois em fita cassette gravada pelo próprio Armando Ogata, degravada por peritos, cujo teor faz parte do dossiê utilizado na representação do Sindicato, combinam o seguinte:

Armando: "Eu quero ser diretor da TELEPAR. Eu sei que minha única barreira é

o Paulo. Se ele não aceitar vai ser uma briga f...."

Geraldo: "Então veja, pode ser outra pessoa também, e a gente fica como homens de confiança, porque a realidade, eu tenho certeza de que o teu negócio é grana Armando, acima de tudo, de diretoria. Nós podemos administrar aquilo com um bola murcha que faz tudo o que a gente quer..."

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Participo Vossa Excelência que seu tempo está esgotado.

Consulto a Liderança do PL.
(Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, com apoio dos Srs. Deputados Nelson Garcia, Djalma de Almeida César, Oswaldo Trevisan e demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a Sessão Ordinária e a transformação das mesmas em Comissão Geral para apreciação de Projetos de Lei a serem anunciados na Sessão Ordinária desse mesmo dia. **Aprovado.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Alceu Swarowski, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de (três), de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

1.ª DISCUSSÃO - das Proposições nºs 061/93 e 084/93, anexadas por deliberação em sessão do dia 06.12.93. Respectivamente apresentadas pelo Excelentíssimos Senhores Deputado Luiz Henrique Bona Turra e Governador do Estado, sendo esta última através da Mensagem nº 075/93:

I - Proposição nº 061/93: acresce ao Art. 179 da Constituição do Estado do Paraná, dois novos parágrafos;

II - Proposição nº 084/93: acresce parágrafo ao Art. 27 da Constituição do Estado do Paraná.

Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Es-

Curitiba, terça, em 14.12.93

pecial de Reforma à Constituição na forma do Substitutivo Geral. **Apreciar neste turno o Substitutivo Geral.**

Vamos apreciar, neste turno, apenas o substitutivo-geral.

Em discussão. Em votação.

O Sr. 1º Secretário fará a chamada nominal dos Senhores Deputados para a votação das proposições na forma do substitutivo-geral.

O Deputado ao ser chamado deverá colocar-se de pé e, se favorável ao substitutivo-geral, pronunciará **SIM**; se contrário, **NAO**.

Com a palavra o Senhor 1º Secretário, Elío Lino Rusch, para a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Elío Rusch) - (Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados para a votação das proposições).

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Quarenta e cinco (45) Srs. Deputados votaram. Nenhum voto contendo a expressão "**NAO**", sendo todos os votos favoráveis.

Estão aprovadas as Proposições, que irão à Redação Final.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem) - Sr. Presidente e Srs. Deputados, gostaria de comunicar à Casa a eleição no Tribunal de Contas, que se deu por unanimidade, elegendo o Conselheiro Nestor Batista o Presidente do Tribunal de Contas, o Conselheiro Artação Matos Leão o vice-Presidente e o Conselheiro Kielse Crisóstomo como Corregedor Geral.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Devidamente registrado.

Antes de darmos prosseguimento à Ordem do Dia, solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda a leitura do Expediente enviado pelo Chefe da Casa Civil a este Poder.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Elío Rusch) - (Lê):

"Telex ATCC 2270/93, subscrito pelo Sr. Chefe da Casa Civil, constante do expediente, comunicando a viagem do Sr. Governador do Estado à Província de Misiones e Santa Fé Argentina, nos dias 17 a 19 do corrente mês. À Diretoria Legislativa, para as providências cabíveis".

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) -

ITEM 02

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 399/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 039/93, que objetiva criar, na Secretaria de Estado da Segurança Pública,

com lotação no Departamento da Polícia Civil, 150 cargos em comissão, com a denominação de Assistente de Segurança Pública e simbologia 9-C. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e CONTRÁRIO da S.P.. Emendas de Plenário com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Apreciar neste turno as emendas aprovadas em 2.^a discussão.

Em votação.

O SR. OSWALDO TREVISAN (Questão de Ordem) Consulto V.Ex.^a para saber como ficam as duas Emendas do item n° 1 da pauta da Ordem do Dia, ainda.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Foi aprovado o Substitutivo Geral da Comissão de Revisão à Constituição, na mesma forma da aprovação em 1.^a discussão. Prevalece o Substitutivo Geral, estando prejudicadas todas as Emendas.

Em votação a Emenda n° 1, de autoria dos Deputados Luiz Carlos Alborghetti, Paulo Maia e Algaci Túlio.

Em votação a Emenda número 01 aprovada na Sessão de ontem. Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Voto contrário da Bancada do PT ao Projeto como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Devidamente anotado os votos contrários da Bancada do PT, do Deputado Mário Bezerra e Colombino Grassano.

Em votação a emenda de número 06, de autoria do Deputado Arlindo Troian e outros Srs. Deputados. Deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Registro o voto contrário do PDT, do Deputado Colombino Grassano, Mário Bezerra e do PT.

Em votação a emenda número 07, de autoria do Deputado Luiz Henrique Bona Turra. Está em votação a emenda. Deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Voto contrário do Deputado Colombino, Deputado Mário Bezerra, Deputados do PT, e da Bancada do PDT.

A emenda está aprovada. O Projeto irá à Redação Final.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Apenas para registrar até a justificativa quando apresentamos esta emenda, esta emenda junto com o Deputado Alborghetti, onde na justificativa já deixamos bem claro a posição em relação a essa iniciativa.

Estas alterações visam resguardar os princípios de moralidade, publicidade e legalidade de acesso ao serviço público,

bem como assegurar procedimentos democráticos, o qual qualquer cidadão mediante concurso público poderá ingressar no serviço público.

Deixamos bastante claro, naquela oportunidade que não concordávamos em hipótese alguma com a criação de 150 cargos de delegados calça-curtas para neste momento se fazer política eleitoreira.

ITEM 03

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 572/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 064/93, que objetiva alterar disposições da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado) e adotar outras Providências, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e S.P.. Emendas de Plenário com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Apreciar neste turno as Emendas Aprovadas em 2.^a discussão.

Está em discussão as emendas. Em votação.

Lembrando aos Srs. Deputados que na Sessão de ontem, em função de acordo das Lideranças, as quatro emendas apresentadas ao Projeto foram todas elas aprovadas em bloco. Esta Presidência colocará também neste momento em bloco a apreciação das quatro emendas.

Está em votação as quatro emendas aprovadas na Sessão de ontem ao Projeto 572/93. Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovadas as quatro emendas. O Projeto irá à Redação Final.

ITEM 04

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 581/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 065/93 dispõe sobre o Orçamento Geral do Estado do Paraná para o Exercício Financeiro de 1994, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.O.. Substitutivo Geral da C.O.. Apreciar neste turno o Substitutivo Aprovado em 2.^a Discussão.

A Mesa recebe de autoria do Dep. Heinz Herwig a seguinte manifestação (Lê):

"REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, na qualidade de Relator do Projeto de Lei n° 581/93, requer seja retirado do Substitutivo Geral de sua autoria a emenda ao conteúdo programático que tem a seguinte redação: "código 4286.07401831.127.

Acrescentar ao conteúdo programático o seguinte: 'e gerir também os programas do FDU, conforme a Lei n° 8197, de 15.12.88 e o Decreto n° 5.192, de 12.06.89'.

Sala das Sessões, em 14.12.93

(a) HEINZ HERWIG"

Em discussão o Requerimento do Deputado Heinz.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Foi lido o número de um Decreto e de memória, pelo menos, não sei de cor os decretos, o que significam.

Gostaria que a Mesa esclarecesse, referente a que este Decreto e qual o conteúdo do Requerimento.

A Mesa tem uma Assessoria toda aí. Não posso votar um Requerimento que cita uma lei, um decreto, se não tenho conhecimento do que é a lei ou o decreto.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa coloca em discussão o Requerimento do Deputado Heinz. Em votação o Requerimento.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, para a Plenária votar um Requerimento tem que saber o que significa.

Particularmente não tenho na memória o que significa o decreto com o número citado.

Então, estou impossibilitado de votar, eu e toda a Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Isto é referente ao assunto levantado por V.Exa. na Sessão de ontem, a respeito de inclusão de emenda de forma extemporânea.

O SR. DR. ROSINHA - Tal emenda deveria ser retirada fora, totalmente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - É o que está requerendo o Deputado Heinz Herwig.

Está em votação o Requerimento. **Aprovado.**

Colocaremos então em votação o Substitutivo Geral sem este item que já foi excluído através de decisão do Plenário.

Está em votação o Substitutivo Geral. **Aprovado.**

O SR. DR. ROSINHA - Voto contrário do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Registre-se o voto contrário.

O projeto irá também à Redação Final.

ITEM 5

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 646/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini, que denomina Rodovia Floriano da Rocha Walter, o trecho que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

Curitiba, terça, em 14.12.93

Esta Presidência informa aos Senhores Deputados que logo após esta Sessão, conforme aprovado por este Plenário fará realizar Sessão Extraordinária, e no período entre o término desta Sessão e o início da Sessão Extraordinária, haverá reunião da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Finanças para os Pareceres aos Projetos de Leis e Emendas porventura apresentados aos projetos que estão em discussão nesta Sessão.

A SRA. EMILIA BELINATI (Pela Ordem) - Só para registrar o meu voto contrário no Projeto de Lei do Orçamento, porque no momento em que pedi o som não funcionou e então não consegui registrar o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Registre-se o voto contrário da Deputada Emilia Belinati.

Esta Presidência solicita à Assessoria do Som que dê mais volume aos microfones do Plenário, porque realmente está baixo.

ITEM 06

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 649/93, de autoria da Deputada Emilia Belinati, que declara de Utilidade Pública a Pastoral dos Portadores de Deficiência de Londrina, com sede e foro na Cidade de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 652/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini, que denomina Rodovia Januário Chiulli, o trecho compreendido entre o trevo de acesso à PR-468 (Janiópolis - Boa Esperança), saindo da BR-369 (Campo Mourão - Cascavel) até a BR-272 (Campo Mourão - Goioerê). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 664/93, de autoria do Deputado Toti Colaço, que declara de Utilidade Pública Estadual a Assistência ao Menor Allan Kardec, com sede e foro no Município de Ubatuba-PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 685/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Associação Criança Renal com sede e foro em Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 690/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - OCEPAR, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. DR. ROSINHA - Voto contrário do PT.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Registre-se o voto contrário do PT.

ITEM 11

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 691/93, de autoria do Deputado Valderi Vilela, que declara de Utilidade Pública o Lar da Criança Dr. Bezerra de Menezes, com sede e foro no Município de Bandeirantes. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 12

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 700/93, de autoria do Deputado João Preis, que denomina Escola Estadual Jairo Alves Bonfin Ensino de 1° Grau Regular e Supletivo a atual Escola Brasília Itiberê, Ensino de 1° Grau Regular e Supletivo situada no Município de Maringá. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 13

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 701/93, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, que declara de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Indianópolis. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 14

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 703/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - Criança Feliz - de Palmital - Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 15

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 704/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores Moradia Flamboyant - Curitiba - Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 16

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 726/93, de autoria do Tribunal de Contas - Ofício n° 1936/93, que reajusta o vencimento básico mensal do cargo de Auditor e

Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas, em novembro de 1993. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 17

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 023/93, de autoria do Deputado Élio Lino Rusch, que autoriza a realização de plebiscito para consulta à população sobre a criação do Município de Serranópolis. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C..

Sobre o referido projeto, Requerimento de autoria do Senhor Deputado Élio Rusch, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 08 (oito) sessões do Projeto de Resolução n° 023/93. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 08 (oito) Sessões do Projeto de Resolução n° 023/93.

ITEM 18

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Decreto Legislativo n° 003/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que fixa a remuneração do Governador e vice-Governador para o exercício de 1994. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F..

Sobre o referido projeto, Substitutivo Geral de Plenário, de autoria dos Senhores Deputados Ovídio Constantino, Doutor Rosinha e Ernani Pudell, com apoio dos Senhores Deputados Paulo Maia e Emilia Belinati, nos seguintes termos:

SUBSTITUTIVO GERAL AO

DECRETO LEGISLATIVO N° 003/93

Art. 1° - Os vencimentos do Governador e vice-Governador do Paraná, para o exercício de 1994, não poderão exceder a 20 (vinte) vezes o menor salário pago pelo Executivo estadual, considerando o limite mínimo do nível inicial do Quadro Geral do Estado para 40 (quarenta) horas semanais.

Parágrafo Único - Não será concedido nenhum acréscimo, sob qualquer título.

Sala das Sessões, em 14.12.93.

(aa) OVÍDIO CONSTANTINO

DOUTOR ROSINHA

ERNANI PUDELL

Apoio: Paulo Maia e Emilia Belinati.

JUSTIFICATIVA:

Com as alterações propostas estará o Estado do Paraná dando cumprimento aos dispositivos das Constituições Federal e Estadual, moralizando o salário da Chefia do Poder Executivo, bem como dando exemplo aos demais servidores, conforme intenção do Governador expressa na Mensagem sob n° 007/93 de 30 de março último, sobre paridade isonômica.

O Projeto vai à C.C.J. para parecer e retorna na sessão Extraordinária logo a seguir.

ITEM 19

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 072/91, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que Declara de Utilidade Pública a Fundação Educacional Pestalozzi, com sede e foro no Distrito de Guaragi, Município de Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. (Publ. no D.A. nº 19/91, de 14.03.91)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 072/91

P A R E C E R:

AUTOR: Dep. Djalma de Almeida César

O Plano de Lei, em espécie, pretende seja declarada de Utilidade Pública a Fundação Educacional Pestalozzi, com sede e foro no Distrito de Guaragi, Município de Ponta Grossa.

Os documentos acostados comprovam, por outro lado, que a Fundação Educacional Pestalozzi é uma sociedade civil sem fins lucrativos e os membros da diretoria não são remunerados. Cumpre a entidade beneficiada, os requisitos exigidos pela Lei nº 6994 de 10 de janeiro de 1978, sobretudo, o artigo 1º, incisos I, II, III e IV.

Inexistentes quaisquer óbices Constitucionais, Legais ou Regimentais, somos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.12.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ALCEU SWAROWSKI - Relator

Aprovado.

O SR. DR. ROSINHA - Voto contrário do PT.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) - Está registrado.

ITEM 20

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 530/91, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, que incorpora parte da área territorial do Município da Lapa ao Município de Contenda. Com PARECER da C.C.J.. (Publ. no D.A. nº 153/91, de 20.11.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 530/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, tem por finalidade incorporar parte da área territorial do Município da Lapa ao Município de Contenda.

A presente proposição já recebeu respaldo da população da área em questão através de plebiscito realizado no último dia 21 de novembro de 1.993, quando os

Curitiba, terça, em 14.12.93

eleitores habilitados votaram na sua quase totalidade pela incorporação da área, 3.758 votos SIM contra 194 NÃO.

Sendo assim esta Comissão de Constituição e Justiça, obedecendo a vontade popular, dá o seu parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.12.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rossoni, constante do expediente, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei nº 530/91, constante da Ordem do Dia da presente Sessão. Aprovado.

Ainda sobre o referido projeto, Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 3 (três) sessões do Projeto de Lei nº 530/91. Prejudicado.

O SR. NELSON JUSTUS (Pela Ordem) - Este Projeto, pelo que me consta, já houve inclusive plebiscito no Município de Contenda e um acordo entre as Prefeituras de Contenda e da Lapa para a incorporação desta área.

Confesso que me sinto surpreso pelo arquivamento, porque já houve inclusive plebiscito. É apenas a transformação deste Projeto, aliás, a transformação deste município em Projeto. Agora só falta oficializar todo o processo. Confesso que me sinto estranho.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Se não me engano, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a Sessão de hoje da C.C.J., o Projeto estava em discussão e foi pedido vistas pelo Senhor Deputado Alceu Swarowski.

É de se estranhar que esteja na Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - As informações que tínhamos é que o projeto seria apreciado hoje e que teria parecer da C.C.J. e que poderíamos colocá-lo na Ordem do Dia. Consultado o Deputado Erondy Silvério, me parece que poderá prestar esclarecimentos ao Plenário a respeito do Projeto 530/91.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Ao que me consta, o Deputado posteriormente desistiu.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - O processo de referência já continha o número de assinaturas necessário à aprova-

ção do parecer. Foi solicitado vistas pelo Deputado Alceu Swarowski que, posteriormente, desistiu. Está aqui o nobre Deputado para confirmar o que estou afirmando.

O SR. VALDIR ROSSONI - Em vista dos argumentos do Deputado Nelson Justus, queria ver da possibilidade da retirada do meu requerimento.

O SR. NELSON JUSTUS - (Pela Ordem) - Pelo que estou entendendo, o Deputado Valdir Rossoni está retirando o pedido de arquivamento e está em regime de votação para decidir uma incorporação de uma pequena área que pertence à Contenda e um acordo entre as Prefeituras de Contenda, Araucária, Lapa, foi feito este acordo inclusive no próprio projeto.

Depois disto já houve plebiscito, quer dizer, não há razão para maiores dificuldades. Confesso que não estou entendendo.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Como sugestão desta Presidência e para resolvermos este impasse, solicito ao Deputado Valdir Rossoni que apresente um requerimento de desarquivamento do projeto e o reincluiremos na sessão extraordinária logo a seguir.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rossoni, constante do expediente, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei nº 530/91, de sua autoria. **Aprovado.**

ITEM 21

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 686/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e a Infância, com sede e foro no Município de Sertãoópolis. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 686/93
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância", de Sertãoópolis - APMI com sede e foro no Município de Sertãoópolis.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.11.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância", de Sertãoópolis, inscrita no CGC/MF - 78.294.196/0001-61, fundada

em 21.04.81, no Município de Sertãoópolis-PR, tem desenvolvido um trabalho de assistência a população carente, criando e mantendo o clube de mães, etc...

De acordo com o parágrafo único do artigo 10 e parágrafo único de artigo 11 do Estatuto Social, a entidade não remunera os integrantes do Conselho Consultivo, bem como os integrantes da Diretoria.

Conforme relatório anexo, a entidade faz jus ser reconhecida de Utilidade Pública Estadual, podendo usufruir de direitos advindos.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI nº 686/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Orlando Pessuti, o Projeto de Lei nº 686/93, tem por finalidade Declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro no Município de Sertãoópolis-PR.

Da análise do referido projeto, uma vez que o mesmo atende às exigências da Lei nº 6.994/78, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.12.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
COSTENARO NETO - Relator

ITEM 22

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 710/93, de autoria do Deputado João Iensen, que declara de Utilidade Pública o Serviço de Assistência Social Betesda, com sede e foro na Cidade de Antonina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. (Publ. no DA. nº 170, de 01.12.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 710/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado João Iensen, o Projeto de Lei nº 710/93, que tem por finalidade declarar de Utilidade Pública o Serviço de Assistência Social Betesda, com sede e foro na Cidade de Antonina.

Da análise do referido Projeto, constatamos que o mesmo está em plena conformidade com os dispositivos legais contidos na Lei nº 6994/78 e sendo assim opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.12.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
PAULO MAIA - Relator

Aprovado.

O SR. DR. ROSINHA - Voto contrário da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Com voto contrário do PT.

ITEM 23

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 728/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini, que declara de Utilidade Pública o Conselho Municipal da Juventude de Campo Mourão, com sede e foro no Município de Campo Mourão-PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado. (Publ. no DA. n° 172, de 06.12.93.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 728/93

P A R E C E R:

AUTOR: Deputado Namir Piacentini

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública o Conselho Municipal da Juventude de Campo Mourão, com sede e foro no Município de Campo Mourão-Paraná.

O Plano de Lei, em espécie, pretende seja declarado de Utilidade Pública, o Conselho Municipal da Juventude de Campo Mourão, com sede e foro no Município de Campo Mourão-Pr.

Os documentos acostados comprovam, que o Conselho Municipal da Juventude de Campo Mourão, é uma Sociedade Civil sem fins lucrativos e os membros da diretoria não são remunerados.

Cumpra a entidade beneficiada, os requisitos exigidos pela Lei n° 6994, de 10 de janeiro de 1978, sobretudo, o artigo 1º, incisos I, II, III e IV.

Inexistentes quaisquer óbices Constitucionais, Legais ou Regimentais, somos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.12.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ALCEU SWAROWSKI - Relator

ITEM 24

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 733/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 112/93, que reajusta a partir de 1º de janeiro de 1994, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis e militares, ativos e inativos e os salários do pessoal contratado da administração direta e autárquica do Poder Executivo, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 172, de 06.12.93 - Mensagem)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 733/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 733/93, de autoria do Poder Executivo que reajusta, a partir de 1º de janeiro de 1994, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em Comissão e as Funções Gratificadas dos servidores civis e militares, ativos e inativos e os

Curitiba, terça, em 14.12.93

salários do pessoal contratado, da Administração direta e autárquica do Poder Executivo, conforme especifica.

Nos termos estritos da competência desta Comissão de Constituição e Justiça não existem óbices de natureza constitucional, regimental ou legal à normal tramitação da matéria e aprovação pelo Plenário, contudo, não é preciso fazer uma análise mais apurada para constatar mais uma discrepância e flagrante desrespeito ao servidor público do Estado, cujo índice de 70% para o quadro geral e 80% para o quadro do magistério a ser dado em janeiro, não chega sequer a acompanhar os percentuais inflacionários, configurando-se uma explícita e alarmante política de arrocho salarial, que aliás, é a "especialidade, a marca registrada", deste governo, que faz dos seus servidores vítimas desta injusta política salarial.

Ademais, a proposta de mudança de nomenclatura elencada no art. 7º deste Projeto vaga e desprovida de uma melhor especialização, preocupando assim sobremaneira os servidores públicos do Estado do Paraná.

Sala das Comissões, em 09.12.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

PAULO MAIA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 733/93

P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo-Mensagem n° 112/93, o Projeto de Lei apresentado, reajusta a partir de 1º de janeiro de 1994, o níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis e militares, ativos e inativos e os salários do pessoal contratado da Administração Direta e Autárquica do poder Executivo, conforme especifica.

Analisada a proposta pela douta comissão de constituição e justiça, recebeu desta parecer Favorável.

Esta comissão no que diz respeito ao mérito da medida apresentada, não encontrou óbices a sua tramitação normal pelos órgãos da Casa.

Isto posto nosso Parecer é FAVORÁVEL a aprovação deste Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.12.93.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR- Presidente

NEREU ALVES DE MOURA - Relator

ITEM 25

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 734/93, de autoria do Tribunal de Justiça. Dispõe sobre o reajuste de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e de funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário, bem como os sa-

lários do pessoal temporário, regido pela C.L.T., a partir de 1º de janeiro de 1994. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.J.J. e C.F.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 173, de 07.12.93, Ofício).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 734/93

P A R E C E R:

Encaminhada a esta Casa pelo Ofício n° 944/93, do Tribunal de Justiça, trata a matéria em epígrafe de reajustar, a partir de 1º de janeiro de 1994, os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e de funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário, bem como sobre os salários do pessoal temporário, regido pela C.L.T..

A iniciativa da matéria atende ao que dispõe a Constituição Estadual e sob o aspecto a que esta Comissão é chamada a opinar, entendemos estar a mesma em condições de ser apreciada pelo Plenário, o que nos leva ao parecer favorável à referida matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.12.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 734/93

P A R E C E R:

De autoria do Tribunal de Justiça-Ofício n° 944/93, o presente Plano de Lei dispõe sobre o reajuste de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e de funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário, bem como sobre os salários do pessoal temporário, regido pela CLT, a partir de 1º de janeiro de 1994.

Analisado o projeto pela douta Comissão de Constituição e Justiça, recebeu desta parecer favorável. Esta comissão no que diz respeito ao mérito da proposta apresentada, não encontrou óbices a sua tramitação normal pelos órgãos da Casa.

Isto posto nosso parecer é favorável a aprovação deste Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.12.93

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 26

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 735/93, de autoria da Procuradoria Geral da Justiça, Reajusta os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas, dos servidores ativos e inativos do quadro de pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, a partir de 01 de janeiro de 1994. Com PARECERES FAVORÁVEIS da

C.C.J. e C.F.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 173, de 07.12.93, Ofício).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 735/93

P A R E C E R:

Projeto de lei em tela, que visa reajustar os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas, dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, a partir de 1º.01.94, merece parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, C.C.J..

Preenchendo, pois, a matéria todos os requisitos Constitucionais, Legais e Regimentais, opinamos favoravelmente.

É o parecer, s.m.j..

Sala das Comissões, em 09.12.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ALCEU SWAROWSKI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 735/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça, tem por finalidade reajustar os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores ativos e inativos, do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, a partir de 1º de janeiro de 1994.

Já tendo recebido parecer favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça, a Comissão de Finanças nada encontrou que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.12.93

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente

NEREU ALVES DE MOURA - Relator

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Sr. Presi-

dente, nós temos que deixar registrado aqui, no momento em que se aprova as duas mensagens que concedem reajuste ao funcionalismo público o nosso voto de constrangimento pelo fato de que as mensagens em momento algum trata da questão dos salários dos funcionários públicos no mês de dezembro. Nós estamos vendo uma proposta de 80%, inclusive como relator da primeira mensagem de reajuste do funcionalismo público de 70% para o mês de janeiro de 80% para o magistério estadual, isto para o final do mês de janeiro, obviamente os servidores terão uma perda significativa no mês de dezembro e no transcurso do mês de janeiro, e o Governo em momento algum se pronuncia a respeito disso, dissemos em outras Sessões, também, do momento em que

o Governo pede "N" suplementações com valores astronômicos para determinadas Secretarias, em momento algum o Governo citou este fato que tem que ser registrado em Plenário, de penúria que vivem os servidores públicos no mês de dezembro, no mês de janeiro, e com certeza a maioria das tabelas que neste momento estão sendo aprovadas pela Casa estarão aquém do próprio salário mínimo, isto demonstra o desrespeito em relação à vida dos servidores públicos indistintamente. Nós temos que deixar registrado na casa a posição do PDT que não poderia, obviamente votar uma gota d'água no momento em que se vive um oceano de calamidade a nível do salário dos servidores. Nós estamos aprovando os 80% e 70% respectivamente mas deixando registrado aqui a nossa posição de lamentar que nada se fale a nível de reajuste de dezembro. Inclusive nós estamos apresentando emendas autorizatórias para que o Governo estude a possibilidade de viabilizar alguma discussão a nível dos salários dos servidores no mês de dezembro.

ITEM 27

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 736/93, de autoria do Procuradoria Geral de Justiça - OF. nº 1040 fixa os vencimentos básicos mensais do cargo de Procurador Geral de Justiça, a partir de 1º de janeiro de 1994. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 173, de 07.12.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 736/93

P A R E C E R:

Encaminhada a esta Casa pelo Ofício nº 1040/93, da Procuradoria Geral de Justiça, trata a matéria em epígrafe de fixar, a partir de 1º de janeiro de 1994, os vencimentos básicos mensais do cargo de Procurador Geral de Justiça.

A iniciativa da matéria atende ao que dispõe a Constituição Estadual e sob o aspecto a que esta Comissão é chamada a opinar, entendemos estar a mesma em condições de ser apreciada pelo Plenário, o que nos leva ao parecer favorável à referida matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.12.93
(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
TOTI COLAÇO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 736/93

P A R E C E R:

Proposta apresentada pela Procuradoria Geral de Justiça - Ofício nº 1040/93, tem por objetivo fixar os vencimentos básicos mensais de Procurador-Geral de Justiça, a

Curitiba, terça, em 14.12.93

partir de 1º de janeiro de 1994.

Em análise ao mérito da medida apresentada, esta Comissão não encontrou nenhum impedimento a sua tramitação normal pelos órgãos da Casa.

Isto posto, após a exame constitucional legal e regimental pela douta Comissão de Constituição e Justiça, nosso parecer é favorável a aprovação desta proposta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.12.93
(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente
NEREU ALVES DE MOURA - Relator

ITEM 28

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 737/93, de autoria do Tribunal de Contas - OF. 2046/93 reajusta o vencimento básico mensal do Cargo de Auditor do Tribunal de Contas, em janeiro de 1994. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.F.. (Aprovado. Publ. no D.A. nº 173, de 07.12.93, Ofício).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 737/93

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, tem por finalidade reajustar o vencimento básico mensal do Cargo de Auditor do Tribunal de Contas, a partir de 1º de janeiro de 1994.

No âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça não existem óbices constitucionais, legais ou regimentais a normal tramitação da matéria.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.12.93
(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
EMILIA BELINATI - Relatora

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 737/93

P A R E C E R:

Proposta apresentada pelo Tribunal de Contas - Ofício nº 2063/93, tem por finalidade reajustar o vencimento básico mensal do Cargo de Auditor do Tribunal de Contas, a partir de 1º de janeiro de 1994.

Em análise ao mérito da medida apresentada, esta Comissão não encontrou nenhum impedimento a sua tramitação normal pelos órgãos da Casa.

Isto posto, após o exame constitucional legal e regimental pela douta Comissão de Constituição e Justiça, nosso parecer é FAVORÁVEL a aprovação desta proposta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.12.93
(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente
NEREU ALVES DE MOURA - Relator

ITEM 29

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 738/93, de autoria do Tribunal de Contas - Of. n° 2047/93, reajuste o vencimento básico mensal do cargo de Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas, em janeiro de 1994. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 173, 07.12.93, Ofício).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 738/93

P A R E C E R :

O presente plano de lei, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, tem por finalidade reajustar ao vencimento básico mensal do cargo de Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas, em janeiro de 1994.

No âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça não existem óbices constitucionais, legais ou regimentais à normal tramitação da matéria.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.12.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NELSON GARCIA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 738/93

P A R E C E R :

Proposta apresentada pelo Tribunal de Contas - Ofício n° 2047/93, tem por objetivo reajustar o vencimento básico mensal do cargo de Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas, em janeiro de 1994.

Em análise ao mérito da medida apresentada, esta Comissão não encontrou nenhum impedimento a sua tramitação normal pelos órgãos desta casa.

Isto posto, após a exame constitucional legal e regimental pela douta Comissão de Constituição e Justiça, nosso parecer é FAVORÁVEL a aprovação desta proposta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.12.93

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente
NEREU ALVES DE MOURA - Relator

ITEM 30

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 739/93, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Reajusta as tabelas de vencimentos dos funcionários do Quadro de Pessoal deste Tribunal de Contas, em janeiro de 1994. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 173, de 07.12.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 739/93

P A R E C E R :

O presente plano de lei, de autoria do Tribunal de Contas-Of. n° 2038/93, tem por finalidade reajustar as tabelas de vencimentos dos funcionários do Quadro de Pessoal deste Tribunal de Contas, em janeiro de 1.994.

No âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça não existem óbices constitucionais, legais ou regimentais à normal tramitação da matéria.

Assim sendo, nosso Parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.12.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NILTON BARBOSA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 739/93

P A R E C E R :

Proposta apresentada pelo Tribunal de Contas - Ofício n° 2038/93, tem por finalidade reajustar as tabelas de vencimentos dos funcionários do Quadro de Pessoal deste Tribunal de Contas, em janeiro de 1.994.

Em análise ao mérito da medida apresentada, esta Comissão não encontrou nenhum impedimento a sua tramitação normal pelos órgãos da Casa.

Isto posto, após a exame constitucional legal e regimental pela douta Comissão de Constituição e Justiça, nosso parecer é favorável a aprovação desta proposta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.12.93.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 31

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 740/93, de autoria do Tribunal de Contas - Of. n° 2039/93, que reajusta o vencimento básico mensal do cargo de Procurador-Geral do Estado junto ao Tribunal de Contas, em janeiro de 1994. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. Aprovado (Publ. no D.A. n° 173, de 07.12.93.- Of.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 740/93

P A R E C E R :

O presente plano de lei, de autoria do Tribunal de Contas-Of. n° 2039/93, tem por finalidade Reajustar o Vencimento básico mensal do cargo de Procurador Geral do Estado junto ao Tribunal de Contas, em janeiro de 1.994.

No âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça não existem óbices constitucionais, legais ou regimentais à normal tramitação da matéria.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.12.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
TOTI COLAÇO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 740/93

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do Tribunal de Contas, tem por finalidade reajustar o vencimento básico mensal do cargo de Procurador Geral do Estado junto ao Tribunal de Contas, a partir de 1° de janeiro de 1.994.

Já tendo recebido parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, no âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo nosso parecer é favorável.
É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.12.93.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente
DUILIO GENARI - Relator

ITEM 32

1.ª DISCUSSÃO do Projeto de Resolução n° 005/93, de autoria do Deputado Severino Félix Pessoa, que autoriza a realização de plebiscito no Município de Miraselva, para que a população decida sobre a criação do Município de Prado Ferreira. Com PARECER da C.C.J.. Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 005/93

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita, no Município de Miraselva, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Prado Ferreira:

"Começa na nascente do Ribeirão do Capim, na divisa intermunicipal com Jaguapitã.

Do ponto inicial desce pelo Ribeirão do Capim até a foz do Córrego Taquarana, deste ponto sobe pelo Córrego Taquarana até a sua nascente, deste ponto em linha seca rumo leste até encontrar a nascente do Córrego Itaúna, desce por este até a sua foz no Córrego Mita Cunha, desce por este até a sua foz no Ribeirão Vermelho, sobe por este até a foz do Ribeirão Grande, sobe por este até a foz do Córrego Dr. Carlos, sobe por este até a sua nascente, deste ponto em linha reta e seca rumo noroeste até a nascente do Ribeirão do Capim, ponto inicial e final".

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.04.93.

(a) SEVERINO FÉLIX

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 005/93

P A R E C E R:

O presente projeto de resolução de autoria do Deputado Severino Félix, que autoriza a realização de plebiscito para a criação do Município de Prado Ferreira está apto para ser apreciado pelo Douto Plenário deste Poder Legislativo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.12.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
JOÃO IENSEN - Relator

ITEM 33

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 027/93, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza a realização do Plebiscito no Distrito do Porto Novo a ser desmembrado do Município de Andrianópolis, com limites e confrontações conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 170, de 01.12.93.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 27/93

P A R E C E R:

A proposta atende pleito de mais de 500 eleitores da localidade, que nos termos da Lei Complementar n° 56/91, dirigiram memorial a essa Assembléia Legislativa, pedindo a emancipação da região situada a leste da Estrada da Ribeira, desmembrando território hoje integrado ao Município de Andrianópolis, para a constituição do novo Município de Porto Novo, com sede na localidade de Sete Barras.

A proposição visa, não apenas atender o desejo de emancipação daquela população de mais de 7 mil habitantes e 1.830 eleitores - dotada de condições de autonomia econômica e de meios básicos para sua própria subsistência - mas sobretudo, resolver uma situação objetiva de questionamento administrativo.

Ocorre que o Município de Andrianópolis possui uma área extensa, às margens do rio Ribeira de Iguape, fazendo divisa com o Estado de São Paulo, onde se incluem distâncias superiores a 100 Km entre a sede, Andrianópolis, e os pontos extremos, separados pela Serra de São João, já na área fronteira ao município paulista de Barra do Turvo. São mais de 450 Km de estradas municipais, que demandam conservação e cuidados constantes, acesso único para aquelas populações.

É por isso que a própria autoridade municipal de Andrianópolis referenda o pleito da população de Porto Novo por emancipação. Com o surgimento do novo Município, segundo indicou o presidente da Comissão Emancipadora, vereador Eurides Groxco, haverá melhores condições de aten-

der o povo ali radicado, dando-lhe condições de progresso e integração.

No aspecto formal, a documentação arrolada é hábil para a decisão desta Comissão, podendo ser autorizada a convocação de plebiscito a fim de que, após decisão terminativa da população interessada, possa ser dado andamento ao pleito, quando deverá ser proposta a Lei de Criação do novo Município, arrolados outros documentos, notadamente o perfil populacional emitido pelos órgãos estatísticos e outras provas de viabilidade da nova comunidade. Opinamos, em conclusão, favoravelmente ao pedido.

Sala das Comissões, em 07.12.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO
E COLONIZAÇÃO

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 027/93

P A R E C E R:

O Projeto de Resolução em exame, de autoria do Deputado Anibal Khury, autoriza a realização de plebiscito no Distrito de Porto Novo, a ser desmembrado do Município de Adrianópolis, visando a que a população residente na área se manifeste quanto a criação do município de mesmo nome.

Analisando a proposição, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.12.93.

(aa) TOTI COLAÇO - Presidente

NEREU ALVES DE MOURA - Relator

O SR. PAULO MAIA - Pela Ordem, Senhor Presidente.

(Assentimento).

Eu volto a citar apenas a questão para que não se caracterize como demagógica, mas a emenda que estamos assinando junto com a Deputada Emilia Belinati e outros Senhores Deputados objetiva autorizar o Governo do Estado a conceder ao funcionalismo no mês de dezembro, no mínimo, a inflação estabelecida pelo período. Isto para que fique claro que não há objetivo de se criar um problema demagógico, mas em garantir que neste momento se estabeleça, que o Governo estude uma medida para se garantir o mínimo da inflação do mês de dezembro para os servidores públicos.

O SR. PRESIDENTE (Ovídio Constantino) - Senhor Presidente, pela ordem.

(Assentimento).

Senhor Presidente, nós votamos o item 3° desta Ordem do Dia de hoje o Projeto de Lei 581/93 que dispõe sobre o orçamento do Estado.

Ontem, no encaminhamento deste projeto

foi denunciado pelo Dr. que apareceu uma emenda "fantasma" neste projeto de lei, sem assinatura, sem apresentação por ninguém e que a mesma estava contida no conjunto das emendas.

Hoje, o Deputado Relator, Heinz Herwig, solicita, através de requerimento, a retirada desta emenda do seu substitutivo-geral, o que supõe que esta emenda não estava no orçamento do Estado o Senhor Deputado Heinz Herwig deu o seu parecer, fez o seu substitutivo. Para nós isto comprova que a emenda realmente foi injetada no orçamento após ter sido dado a parecer pelo seu relator.

Nós queremos requerer através da Presidência da Mesa desta Casa que se apure este fato, porque acredito que esta emenda não pode ter caído lá no conjunto das emendas do orçamento como um "fantasma". Ou um funcionário da Casa ou um Deputado tramou os "pauzinhos" para que esta emenda chegasse até ao orçamento da Casa, o que para nós é um fato muito grave.

Nós ouvimos, há poucos dias, denúncias no Congresso Nacional, através da CPI, do orçamento, de que emendas eram colocadas no orçamento após aprovação, inclusive, do orçamento em Plenário do Congresso Nacional o que está dentro das investigações do Congresso Nacional.

Este fato que acaba de ocorrer no nosso orçamento, no meu modo de entender, cheira àquilo que ocorreu no Congresso Nacional. Portanto, de nossa parte entendemos um fato grave e entendemos que esta Mesa deverá tomar as medidas necessárias para que se esclareça esta situação.

Não é possível que uma emenda apareça por graça de "fantasma", sem ninguém ter colocado, sem assinatura, e conste nos Anais e no rol das emendas do nosso orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa lhe esclarece de imediato.

O Relator do orçamento tem competência e atribuições para, no seu substitutivo-geral, incluir ou deixar de incluir assuntos que julgar interessantes ou necessário ao Estado do Paraná, pode ser incluído no orçamento.

O que houve foi uma falha, e isto já está comprovado, por ocasião da impressão do substitutivo do Deputado Heinz e, conseqüentemente, do relatório completo.

Aquilo que Vossa Excelência chama de emenda, não se trata de uma emenda, porque emenda tem que estar numerada e assinada para ser emenda.

Era apenas uma sugestão de emenda que, analisada pelo relator, foi incluída em seu parecer, mas não existia emenda.

E para que não pare nenhuma dúvida quanto o comportamento e à lisura na ela-

boração do substitutivo do Deputado Heinz foi que, em conjunto com ele, nós decidimos que esse assunto fosse eliminado do substitutivo-geral para que nenhuma dúvida pudesse pairar sobre o comportamento da Assembléia Legislativa. Foi apenas uma sugestão feita que partiu da Secretaria de Desenvolvimento Urbano para normalizar os seus atos e que foi entendida como justa e merecedora de ser incluída no substitutivo do Deputado.

Não existiu emendas. Não existiu nenhum tipo de falcatura e, para que não pareça nenhuma dúvida, foi expurgado do substitutivo-geral, conforme alertado ontem pelo Deputado Doutor Rosinha.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - O requerimento do Deputado Heinz diz...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Ovídio Constantino, Vossa Excelência fez um questionamento à Mesa, a Mesa já respondeu e considera o assunto encerrado.

Sobre a mesa, Requerimento nº 4995, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4971, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4974, de autoria do Senhor Deputado Domingos Carvalho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4975, de autoria do Senhor Deputado Eurides Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4976 e 4977, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4978 e 4979, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4980, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4982, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4983, de autoria dos Senhores Deputados Nelson Garcia, Basílio Zanusso, Duílio Genari e Élio Rusch, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 4948, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. DOUTOR ROSINHA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados a Imprensa do Paraná tem divulgado e acusado de irregularidade o Tribunal de Contas do nosso Estado.

Coloca em matéria veiculada amplamente na imprensa que naquele Tribunal ocorre nepotismo com a maioria dos membros daquele Tribunal, contratando os familiares e parentes.

Acusa de favorecimento de empresa de que o Presidente do Tribunal de Contas, Doutor Rafael Iatauro, efetuava as compras de passagens em agência de propriedade de sua família.

Acusa o Presidente do Tribunal, Doutor Rafael Iatauro de perceber um salário ilegal, uma vez que se diz advogado e não está filiado na OAB.

Acusa de irregularidade na contratação para efetuar os concursos públicos, pois bem, Senhor Presidente, são acusações graves que são feitas pela imprensa ao Presidente do Tribunal de Contas.

Tribunal de Contas esse que não pode pesar nenhuma suspeição sobre ele, porque é ele, que faz o controle de contas de todas as prefeituras e a conta dos poderes públicos do nosso Estado.

Senhores Deputados, se um Tribunal recebe este tipo de acusação, não dá explicações a nenhum setor da sociedade e passa incólume, como se nada estivesse acontecendo, é obrigação nossa saber se é verdade ou não.

O meu Pedido de Informações, única e exclusivamente, procura as respostas ao que sai na imprensa. Confirmação ou negação destes fatos. Se pesa sobre um Tribunal de Contas todas estas acusações, caso verdadeiras, não terá moralidade nenhuma para fiscalizar nenhuma conta mais de nosso Estado. Se confirmado aquilo, nós poderemos dizer que pode ser fechado o Tribunal de Contas.

Então, se nós quisermos julgamentos isento, temos que aprovar este Requerimento, para saber o que ocorre naquele Tribunal. O que não dá é esta Assembléia Legislativa continuar enfiando a cabeça no chão, como avestruz, não querendo ver.

Primeiro não quisemos ver quais as entidades que recebem verba de subvenção do Estado.

Agora, nós não queremos saber se há

favorecimento de empresas e familiares. Nós não fomos eleitos para enfiar a cabeça no chão, nos fingirmos de cegos, surdos e mudos. Nós fomos eleitos para fiscalizar os três Poderes. E fiscalizar, também, o Tribunal de Contas, que deve explicação a esta Assembléia, uma vez que é órgão assessor desta Assembléia Legislativa.

Por isso, este Requerimento. Pedimos aos Senhores Deputados a aprovação do mesmo, porque se nós nos escondermos, novamente, irão pesar sobre nós, sérias acusações de que não queremos enxergar fatos que poderão ser verdadeiros ou não. Mas, cabe a nós este tipo de fiscalização.

Chego a achar que se não for aprovado este Requerimento é porque há comprometimento de alguns dos Senhores Deputados com o Tribunal de Contas. Um querendo acobertar o outro. Não pode ser outra a razão.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Para encaminhar a Votação, com a palavra o Deputado Luiz Henrique Bona Turra.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA (Para Encaminhar) - Quero, no encaminhamento de votação, dizer que voto contrariamente ao Pedido de Informações, primeiro porque há falta de informações sobre o real conteúdo do pedido do ilustre Deputado Florisvaldo Fier. Não posso deliberar tão rapidamente sobre matéria desta relevância.

Em segundo lugar, porque quero entender o Presidente do Tribunal de Contas do Estado, bem como todos os exercentes de funções públicas, devem estar sujeitos à fiscalização, à inspeção e ao controle pelos seus órgãos externos, em especial os membros conselheiros do Tribunal de Contas do Estado.

No entanto, mesmo votando contrariamente ao Pedido de Informações do Deputado Florisvaldo Fier, que me parece já põe como dada a irregularidade no âmbito das ações do Presidente do Tribunal de Contas, daí não merecer o meu apoio, incumbo-me desde já, Deputado Florisvaldo Fier, de à vista do Requerimento de Vossa Excelência, como também dos elementos que o instruem, passar a tratar objetivamente, inclusive junto ao próprio Presidente do Tribunal de Contas do Estado, Doutor Rafael Iatauro (sic).

Creio que este é o modo correto de encaminhar uma matéria desta relevância, porque não é admissível que um Pedido de Informações, nesta Casa, se converta na própria acusação a quem se requer a informação.

O Pedido de Informação visa instruir e formar convicção. Não pode um Pedido de Informações, e a exasperação do ilustre Deputado Florisvaldo Fier, me parece, fazer, nós já temos a formulação de uma

acusação contra aquele a quem se requer as informações. Daí nós temos que fazer anteceder ao Pedido de Informações as medidas, que são medidas assecuratórias para que não seja a aprovação por esta Casa, de um mero Pedido de Informações, um libelo acusatório contra a autoridade a quem se requer a prestação das informações.

Creio que este é um esclarecimento necessário de voto que devo fazer, e também um compromisso que assumo junto ao Deputado Florisvaldo Fier, de a vista e com base na leitura atenta do seu pedido de informações poder formular um juízo de valor e assim poder prestar o melhor à sociedade paranaense. É o esclarecimento e o encaminhamento, Senhor Presidente.

O SR. FLORISVALDO FIER (Pela Ordem) - Gostaria de solicitar de Vossa Excelência que lesse na íntegra o Requerimento, uma vez que alguns Deputados como o Deputado Bona Turra diz desconhecer.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu gostaria de dizer aos Senhores Deputados que lamentavelmente o Deputado Doutor Rosinha fez uma acusação muito leviana em relação a posição dos Senhores Deputados na votação deste Requerimento. A forma utilizada em dizer que os Deputados que votarem contra o seu Requerimento podem estar comprometidos com o Tribunal de Contas.

Doutor Rosinha, quero dizer a Vossa Excelência que a vida de Parlamentar, dela também faz parte a dignidade acima de tudo, e o comportamento e o respeito com os seus colegas desta Casa, pode ser de qualquer sigla partidária, mas Vossa Excelência não tem autoridade para botar em dúvida cinquenta e três Deputados, e com Vossa Excelência que compõe esta Casa, cinquenta e quatro.

Até, Senhor Presidente e Senhores Deputados, poderia até votar a favor deste Requerimento, mas a forma colocada pelo autor do Requerimento, botando em suspeição os Senhores Deputados, faz com que os Senhores Deputados tenham em si a dignidade de votar contra este Requerimento, porque a forma em que foi colocada é um desrespeito total aos Senhores Deputados desta Casa. E quero dizer ainda que não tenho nenhum comprometimento com o Tribunal de Contas do Paraná. Quero dizer ainda que o Tribunal de Contas do Paraná se modernizou viajando para o interior do Estado, levando aos Prefeitos, Vereadores, as realidades da contabilidade das Prefeituras. É um Tribunal que mostrou serviço e que vem mostrando serviço, e por isso voto contra o requerimento do Doutor Rosinha, pela forma que não teve respeito com os Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Presidência dá ciência ao Plenário do teor do requerimento:

"REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, e ainda, com fulcro no art. 5º, inciso XXX da Constituição Federal, REQUER a Vossa Excelência, que esta Assembléia Legislativa solicite ao Presidente do Tribunal de Contas do Paraná, Senhor Rafael Iatauro, respostas às questões formuladas abaixo, que devem ser respondidas no prazo máximo de 30 (trinta) dias, e em caso de omissão serão consideradas verídicas as informações divulgadas pela imprensa, bem como serão tomadas as medidas cabíveis.

1º - Se o Senhor Rafael Iatauro possui inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, seção Paraná. Caso positivo, sob qual número?

2º - Quanto recebeu de março de 1967 a novembro de 1993 sobre o tempo de exercício profissional, com base na Lei nº 5989 de 25/08/69?

3º - Quem no Tribunal de Contas do Paraná recebeu o mesmo benefício, com fulcro na legislação acima citada?

4º - Quanto tempo a empresa "Hoje Turismo" atendeu ao Tribunal de Contas do Paraná?

5º - Com que fundamento, por quem e quando foi escolhida a empresa supra para prestação de serviço ao Tribunal?

6º - Quais outros órgãos do Estado ela atendeu e atende?

7º - Onde e quando foi publicada a relação completa dos servidores lotados neste Tribunal de Contas, com indicativo de cargo, função, admissão e horário, conforme art. 234 da Constituição do Paraná. Caso não publicada, solicitamos seu fornecimento a este Poder Legislativo.

8º - Quais veículos o Tribunal de Contas do Paraná tem ao seu dispor? Com discriminação de placa, marca, ano, cor e certificado de propriedade.

9º - Para que fim são utilizados os veículos, quem os utiliza e sob qual regulamentação?

Sala das Sessões, em 13.12.93.

(a) FLORISVALDO FIER"

Está em votação o Requerimento. Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. Rejeitado.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa procederá a verificação. Solicito

aos Senhores Deputados que retornem aos seus lugares para que possamos proceder a verificação de votação.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Solicitamos às pessoas que não sejam Deputados, que não permaneçam no recinto do Plenário e sim nas laterais.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Eu requeiro a Vossa Excelência que conste em Ata os votos favoráveis e contrários e solicito de Vossa Excelência uma cópia da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Mais uma vez solicito às pessoas que não são Deputados que se coloquem nas laterais.

Os Senhores Deputados que forem favoráveis ao requerimento de Pedido de Informação ao Tribunal de Contas, os favoráveis que se levantem.

(Pausa)

04 (quatro) votos.

Os Senhores Deputados que são contrários que se levantem.

(Pausa)

31 (trinta e um) contrários.

Está rejeitado o requerimento.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, também em desagravo a esse Parlamentar, como também aos demais membros, quero informar ao Plenário desta, que as contas relativas ao meu período de gestão à frente do Departamento de Obras do Estado do Paraná foram ambas já aprovadas, com louvor, pela unanimidade dos membros do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, daí nada ter a dever naquele Tribunal de Contas do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Requerimento nº 4930, de autoria dos Senhores Deputados Mário Bezerra, Paulo Maia, Luiz Carlos Alborghetti e Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior. A Comissão Executiva, para apreciar.

O SR. MÁRIO BEZERRA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, alguns Deputados, em virtude do esvaziamento da Sessão de ontem e na última quinta-feira, desconhecem alguns detalhes constantes desse nosso relatório.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Vossa Excelência poderá encaminhar a votação, Senhor Deputado.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Então peço a palavra

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA (Pela Ordem) - É um pedido de esclarecimento: na Ordem do Dia de ontem ou desta semana ou de semanas anteriores constava o inteiro teor desse relatório?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O relatório foi encaminhado à Mesa, anexado ao requerimento do Deputado. Sobre o relatório o Deputado manifestou-se da tribuna. Não foi, evidentemente, publicado nos avulsos da Ordem do Dia.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA (Pela Ordem) - A questão de ordem consiste, Senhor Presidente, em fazer submeter ao conjunto dos membros desta Casa o inteiro teor do contido no referido relatório, até porque conheço o relatório apenas por noticioso da imprensa e no noticioso único que vi e li sobre isto, tive oportunidade de manifestar-me junto ao Deputado Mário Bezerra, como também ao Deputado Florisvaldo Fier, observei que via a Comissão irregularidade que consistiria na subcontratação e foi apenas isto que noticiou o Jornal Indústria & Comércio na matéria que tive oportunidade de ter vistas, dizia a Comissão que lá esteve em inspeção a serviço desta Casa, haver irregularidade consistente na subcontratação de empresa, por contratada por aquela autarquia.

Manifestei ao Deputado Florisvaldo Fier sem ter vistas dos autos nem do relatório, como também ao Deputado Mário Bezerra que não havia aí irregularidade em si.

Ora, se num aspecto que foi aquele noticiado pelo Jornal Indústria e Comércio identifiquei não haver irregularidade ou ao menos não haver dolo que compromettesse a execução daquele contrato específico, quero entender, Senhor Presidente, que as vistas desse relatório pelo conjunto dos seus membros deveria ser procedida como medida semelhante a que se tem nos relatórios de Comissões Parlamentares de Inquérito, porque essa Comissão Especial designada pela Assembléia Legislativa teve na verdade um papel e cumpriu bem o seu papel de inspeção a modo que faz uma Comissão Parlamentar de Inquérito, embora fosse apenas uma Comissão Especial, atuou como verdadeira Comissão Parlamentar de Inquérito, daí o relatório, e esta é a Questão de Ordem, Senhor Presidente. Daí o relatório pode constar da Ordem do Dia para a leitura de todos os membros desta Casa e para que do mesmo modo, como votamos os relatórios de CPIs possamos também votar o relatório dessa Comissão Especial que transcendeu o seu papel sem, no entanto, ter exorbitado das suas funções. Creio, a

Comissão Especial, deve, exercer funções de inspeção e dimensões que são próprias das CPIs. Mas, também, há de se exigir que, nesses casos, os procedimentos de votação dos relatórios decorrentes de trabalhos de Comissões Especiais sejam submetidos, do mesmo modo como são submetidos os relatórios das CPIs, com publicação na Ordem do Dia.

Essa é a questão que submeto como questão preliminar à solução e deliberação da Mesa Executiva da Casa. É a Questão de Ordem, Senhor Presidente.

O SR. MÁRIO BEZERRA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados. O relatório conclusivo elaborado pela Comissão que investigou os problemas do Porto de Paranaguá, ele não tem poderes de uma CPI. Ele apenas traz aos Senhores Deputados e à Mesa, esclarecimentos a respeito de uma série de irregularidades. A Comissão foi montada e foi destinada, simplesmente, para buscar o questionamento sobre o calado do Porto de Paranaguá, o assoreamento do Porto de Paranaguá. Nós investigamos desde o assoreamento até o processo que dispensou a licitação para a contratação da Empresa Companhia Docas do Rio de Janeiro responsável pela dragagem do Canal da Galheta. Na oportunidade, Senhores Deputados, constatamos "in loco". Recolhemos depoimentos, inquirimos pessoas, consultamos, inclusive, o capitão Martinelli, conversamos com assessores do Porto na área jurídica e na área de engenharia. Só não ouvimos o Superintendente do Porto, porque foi desnecessário neste processo preliminar de uma CPI, Senhor Presidente. Os autos do processo são claros, incriminam claramente o Superintendente do Porto quando elaborou um processo totalmente irregular para a contratação da Companhia Docas. Teve o beneplácito e a conivência do Secretário dos Transportes, Senhor Mário Pereira que ignorou a legislação no que concerne a pareceres técnicos e jurídicos na hora da elaboração dos termos aditivos.

Paralelamente, à irregularidade acontecida no processo de dispensa e licitação que foi colocado à apreciação de Vossa Excelência na semana passada, nós constatamos uma série de irregularidades já conhecidas pelos políticos e pelo Tribunal de Contas do Paraná, e que o Porto de Paranaguá, é, simplesmente, um ninho de irregularidades. Todos os Deputados sabem disso, só que nunca se levantou a questão a nível de CPI.

O SR. LUIZ H. B. TURRA (Pela Ordem) - O encaminhamento concedido pelo Deputado Mário Bezerra faz entender e deixa explícita a ausência de observância a prin-

cípio constitucional consistente no direito à ampla defesa e ao contraditório...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Bona Turra, Vossa Excelência está fazendo um encaminhamento de votação, não se trata de Questão de Ordem.

O SR. MÁRIO BEZERRA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados. A grande verdade é que a verdade dói. O Porto de Paranaguá é um ninho de irregularidades, de ilegalidades que são cometidas há muitos e muitos anos! Só que ninguém nunca se levantou para falar. E quando nós tivemos a oportunidade, junto com os Deputados do PT e do PDT, descemos até o Porto para levantar uma questão, que é a questão da contratação da Companhia Docas, aliás, empresa que vem há muitos e muitos anos prestando serviços ao Porto de Paranaguá e cometendo irregularidades com a conivência da APPA e com a conivência do Governador Roberto Requião e do vice-Governador, Secretário dos Transportes. O processo tem quase 300 páginas. Se Vossa Excelência quiser, pode lê-lo. Foi trabalhado meses a fio. A Comissão Especial trabalhou, ao contrário das Comissões Parlamentares "laranjas" que tentaram atrapalhar a implantação da CPI da publicidade. Se Vossa Excelência olhar os laudos e, como entendido que é, irá claramente ver que as irregularidades do Porto de Paranaguá têm o beneplácito e o aplauso do Palácio Iguaçu, na pessoa do Governador Roberto Requião, na pessoa do Secretário dos Transportes. São claras as irregularidades. Concomitantemente, ao lado do levantamento que fizemos do Porto de Paranaguá, das irregularidades cometidas, do montante de dois milhões, cento e trinta mil dólares (2.130.000,00 dólares) descobrimos que há irregularidades em acertos trabalhistas. Há irregularidades e eu desafio o Superintendente do Porto, o Governador, a Casa Civil ou quem quer que seja, a dizer que não há, porque há. Há irregularidades. Desvio de materiais também há subcontratação, porque eu estive "in loco", junto com o Deputado Algaci Túlio e constatamos, fotografamos empresas prestando serviços para outras, o que é irregular, segundo o Decreto-Lei 8300 já extinto.

É uma série, Senhores, de irregularidades. Esse nosso relatório não tem o poder de inquérito. É um relatório simples, claro, conclusivo, que dá "nome aos bois" e que nós requisitamos para ser remetido ao Tribunal de Contas que sabe dos problemas do Porto e a Procuradoria Geral da Justiça para que busque a verdade, a fim de que os paranaenses saibam de verdade, sobre a transparência do Governador Roberto Requião. Se há sintonia no que ele fala

Curitiba, terça, em 14.12.93

e no que ele pratica, se ele é coerente com as críticas que faz ao Governo Federal.

Se houvesse CPI nesta Assembléia na área da publicidade, na área do Porto e em outras áreas que já requeremos aqui, tudo isso será desmascarado. A Assembléia tem o poder, Senhores, de levar a verdade ao povo do Paraná, mostrar que esse governo que aí está instalado, que ganhou a eleição na base da fraude eleitoral, em cima do Ferreira, ele continua cometendo irregularidades em todas as áreas. É só a Assembléia querer, que tudo virá à tona. Esse nosso pedido, simplesmente é para que o Tribunal de Contas, como órgão assessor da Assembléia possa juntar já ao seu grande elenco os escândalos existentes no Porto de Paranaguá e tomar a providência.

O Deputado Florisvaldo Fier esteve comigo no Porto. É uma barbaridade! Cumprir com a minha função de legislador.

Vou pedir aos Senhores que neguem ou que aceitem a remessa de documentos. Simplesmente não posso ficar calado, depois do Deputado Bona Turra, que prega tanto a seriedade dos órgãos públicos, que tanto criticou a TELEPAR se levante para questionar um relatório sério, composto de 300 páginas, que estivemos 4 ou 5 meses trabalhando. Não é com meia dúzia de palavras que Vossa Excelência irá desacreditar um relatório sério. Se aquilo cair nas mãos do Tribunal de Contas e o Tribunal quiser incriminar os culpados, eis as provas. A Procuradoria Geral da Justiça também terá as provas. Isso é apenas a ponta de um grande Iceberg de irregularidades que acontecem no Governo instalado do Senhor Roberto Requião.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estivemos no Porto reunidos com vários técnicos, reunidos com os práticos. Documentos foram requisitados, alguns foram entregues, mas a grande maioria não foi, não foi porque era uma Comissão Especial e não uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Então não tínhamos o poder de uma CPI para requisitar documentos e dar prazos para entrega destes documentos. Mas, com a pequena quantidade de documentos que tivemos acesso, e não só estas conversas, com estas entrevistas com trabalhadores do Porto, nós, Deputados, constatamos e levantamos algumas suspeitas que deve ser necessário apurar.

O que pedimos é a aprovação deste requerimento para apurar se há ou não irregularidades. É a mesma questão do requeri-

mento que agora há pouco foi rejeitado em relação ao Tribunal de Contas, pedindo esclarecimentos.

Constatamos que havia contratação de empresa sem licitação. Há polêmica sobre o Canal de Galheta que deve ser esclarecido. A contratação da empresa Docas para fazer a dragagem do Canal que acuse-se, porque a maneira em que foi feita esta contratação foi irregular.

Há questões trabalhistas, com grandes perdas para o Porto. Ou seja, o Porto tinha que ser vasculhado pela CPI com plenos poderes para que pudéssemos definir, claramente, quais as irregularidades que existiam, se é que existem, ou não.

O nosso requerimento é a continuidade deste trabalho. Não há confirmação que as irregularidades existem ou não. Mas é necessário que se apure o que está lá colocado.

Neste sentido é que temos levantado sempre algumas denúncias de irregularidades, como o citado caso da TELEPAR que levantamos e que hoje está sendo apurado. Quando levantei a questão da EMATER, que o Tribunal de Contas cancelou a licitação. Quando foram levantadas outras questões do próprio Governo do Estado. Deve haver continuidade e é isto que esta Comissão pede a este Parlamento, continuidade da averiguação dos fatos lá levantados.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Pela ordem, Senhor Presidente.

Na verdade é uma contra questão de ordem. Em vista da manifestação do ilustre Deputado Mário Bezerra, entendo que a questão de ordem que anteriormente havia pedido à Presidência para que resolvesse, já não faz mais sentido, nem tem mais consistência. Dizia da necessidade da publicidade de publicação de relatório na Ordem do Dia para fim de votação por este Plenário. Porque entendia ser o relatório, e esta era a questão de ordem, idôneo, íntegro e que havia assegurado a ampla defesa e o contraditório na sua formulação.

Entretanto, o Deputado Mário Bezerra encarregou-se de desfazer este conceito inicial. Reconheceu que o Superintendente do Porto de Paranaguá, a autoridade principal inquirida naquela Comissão Especial, não foi ouvido. Portanto, não estamos diante de relatório idôneo que possa ser submetido a esta Casa. Daí, retirar a questão de ordem e, seguindo a orientação do Deputado Líder, encaminharmos pela rejeição sumária deste relatório, que deixou de respeitar princípio fundamental da Constituição da República, como também da Constituição do Estado, que é o princípio que assegura a todos os acusados, inclusive nos procedimentos administrativos e parlamentares, o direito à ampla defesa e

ao contraditório. A inobservância de princípios fundamentais da Constituição faz contaminar tudo o que deles decorre.

É o encaminhamento e a contra questão de ordem que submeto à Presidência.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Questão de ordem, Senhor Presidente.

Só três linhas. Não foi ouvido o Superintendente do Porto, o principal envolvido, não foi ouvido o Governador, que deixou de respeitar o que diz a Legislação, não foi ouvido o vice-Governador, Secretário dos Transportes. Estas autoridades seriam, caso aprovássemos, no decorrer da CPI.

Não foi ouvido o Governador, que está claramente envolvido no relatório, o vice-Governador Mário Pereira, nem o Sr. Mário Lobo, essas três autoridades responsáveis pelas irregularidades serão ouvidas, se a Assembléia quiser na CPI que tramita.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Só gostaria de registrar ao Deputado Mário Bezerra de que Cianorte no trecho de Jussara, Cruzeiro do Oeste com Cianorte recebem do Governador Roberto Requião uma obra através da Secretaria dos Transportes do vice-Governador Mário Pereira, uma obra no valor de 15 milhões de dólares.

Obrigado!

O DR. ROSINHA (Pela Ordem) - V. Exa. chame atenção do Plenário, estamos discutindo um requerimento que se encontra sobre a Mesa e não obras do Sr. Governador ou do vice-Governador.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, não vou nem encaminhar a votação porque vai se tornar cansativo, apenas para dizer ao Deputado Mário Bezerra, acho que o direito da CPI, de inquérito, tudo concordo, só não concordo com a afirmativa do Deputado Mário Bezerra de dizer que o Governador Roberto Requião foi eleito por uma fraude eleitoral.

Essa fraude, se houve, foi salutar, porque muito pior teria sido eleito a outra fraude de Collor, de PC Farias, de Martinez e do PR.

O SR. VALDERI VILELA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria de consultar a Mesa, no caso de Comissões Especiais, se o relatório é votado pelo Plenário dessa Casa, porque segundo o Artigo 35 do Regimento Interno não fala sobre isso. Gostaria que a Mesa nos respondesse essa Questão de Ordem.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência diante que dispõe o Artigo 35 que diz: "As Comissões Especiais serão

constituídas por determinação da Assembléia mediante requerimento escrito com indicação do assunto de que devam tratar, o número de membros e o prazo de duração, e aplicando por analogia aquilo que dispõe o Artigo 38 ao plano dos trabalhos, que diz respeito às Comissões Parlamentares de Inquérito." Esta Presidência deixa de colocar esse requerimento em votação e encaminha esse processo à Mesa para que ela tome a decisão que julgar mais correta para o assunto.

O SR. MÁRIO BEZERRA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, não é prerrogativa do Deputado requerer a remessa de documentos desse nível, como o Deputado Presidente da Comissão subscrito pelos quatro Deputados componentes da Comissão Especial? Não é uma prerrogativa da Comissão solicitar a remessa desses documentos sendo o Tribunal de Contas que é um órgão assessorio da Assembléia, quanto a Procuradoria Geral da Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - É competência dos Srs. Deputados requererem tudo aquilo que julgarem de seu interesse perante a Mesa, mas é também da competência da Mesa dirimir as dúvidas que porventura possam decorrer da discussão desses requerimentos, e a Mesa que não tendo sido esse relatório aprovado pelo Plenário, não tendo sido ele publicado em avulso na Assembléia o mesmo irá à Mesa da Assembléia para que possamos tomar a decisão que o Regimento e a Constituição assim

o determinar.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para hoje, às 16:30 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 733 a 740/93.
do Projeto de Resolução n° 005/93, e do Projeto de Decreto Legislativo n° 003/93.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 530/91, 713, 749, 750, 720, 748, 751, 752, 753, 754, 761 e 762/93.

Marca ainda uma Sessão Solene para quarta-feira, dia 15, às 15:00 horas, no salão nobre, para comemoração dos 140 anos de Emancipação Política do Estado do Paraná, com lançamento pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos do selo comemorativo e carimbo postal, às 15:30 horas, o lançamento do livro "Paraná, a vitória da Unidade", também no salão nobre, e às 16:00 horas, Sessão Solene, no Plenário, onde serão homenageados os ex-Governadores do Estado do Paraná, e a seguir, será realizada a Sessão de Encerramento das atividades Legislativas do ano de 1993, ocasião em que será promulgada em Plenário a Emenda n° 02, à Constituição do Estado do Paraná.

Levanta-se a sessão.